

Quem disse ?

«É meu firme propósito acabar com os falsos recibos verdes.»

Ferro Rodrigues
24 Horas, 11 de Fevereiro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1007 18 FEVEREIRO 1999 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Eleição do Secretariado e Comissão Política

Clima de unidade no PS

O PS elegeu por ampla maioria, quinta-feira, à noite, em Lisboa, as propostas para o Secretariado Nacional e para a Comissão Política, reunião em que também Fernando de Sousa foi reconduzido no cargo de director do «Acção Socialista». A nova Comissão Política do PS recebeu 268 votos favoráveis, 11 contra e quatro abstenções. Já o Secretariado Nacional do PS mereceu a aprovação de 240 membros da Comissão Nacional do Partido, tendo votado contra 34, registando-se ainda seis votos brancos e três nulos. A composição de elementos, quer para o Secretariado Nacional, quer para a Comissão Política, respeita rigorosamente a regra da paridade, dando assim os socialistas o primeiro exemplo ao nível interno daquilo que pretendem generalizar em toda a vida política portuguesa. Além de Edite Estrela, Maria Carrilho, Maria do Carmo Romão e Ana Benavente, que já faziam parte da anterior equipa, entram para o Secretariado Nacional do partido a ministra da Saúde, Maria de Belém, a deputada Celeste Correia, bem como as presidentes de Câmara Fátima Felgueiras (Felgueiras), Maria do Carmo Borges (Guarda), Maria da Luz Rosinha (Vila Franca de Xira) e Maria Amélia Antunes (Montijo). Destaque ainda para a entrada no Secretariado Nacional do ministro da Economia, Pina Moura, do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Vitalino Canas, do vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, Acácio Barreiros, e do presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Alberto Martins. Na mesma reunião da Comissão Nacional do PS, foram reconduzidos na direcção do «Acção Socialista» e do «Portugal Socialista», respectivamente Fernando de Sousa e José Leitão. No prazo de um mês, de acordo com o coordenador da Comissão Permanente do Partido, António José Seguro, será convocada uma nova reunião da Comissão Nacional do PS, que se destinará a debater e a aprovar as várias moções sectoriais apresentadas durante o XI Congresso Nacional do PS.

Massificar e democratizar o acesso às tecnologias de informação

O Governo está atento aos principais fenómenos que irão marcar o século XXI. Um desses fenómenos é a sociedade de informação. Importa, por isso, que o maior número possível de portugueses tenha acesso às novas tecnologias de informação. Como advertiu António Guterres na sessão de encerramento do XI Congresso Nacional do PS, a futura exclusão social poderá estar relacionada com quem se insere ou não no mundo da Internet, que tem de ser estendida a todas as escolas do país, aos serviços da Administração Pública e a um número elevado de famílias.

Sociedade & País

Co-incineração sistema especial de fiscalização



O Governo decidiu, no dia 11, em Lisboa, criar um sistema especial de controlo e fiscalização ambiental da co-incineração. O elemento crucial desse sistema consiste na criação de uma Comissão Científica Independente de Controlo e Fiscalização Ambiental do Processo de Co-incineração, composta por especialistas designados pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, pelas Câmaras Municipais interessadas e pelo Ministério do Ambiente.

Política

Oposição sem argumentos contra Jaime Gama e Pina Moura



Os ministros dos Negócios Estrangeiros e da Economia estiveram na semana passada envolvidos em debates parlamentares. Tanto Jaime Gama, como Pina Moura, conseguiram desfazer todas as dúvidas apresentadas por deputados de partidos da oposição. Pina Moura explicou as razões que levaram o Governo a operar fusões no sector energético face à crescente concorrência internacional e à liberalização do comércio mundial. Por sua vez, Jaime Gama apelou ao consenso nacional para a existência de uma estratégia sólida e racional face às difíceis negociações da Agenda 2000.



A JAE e a Justiça

O ministro do Equipamento, do Planeamento e Administração do Território, João Cravinho, recebeu, no dia 11 das mãos do magistrado do Ministério Público, Francisco Pinto dos Santos, o resultado da sindicância que mandou instaurar à Junta Autónoma das Estradas, na sequência de uma entrevista ao «Expresso» dada pelo ex-presidente da empresa, Garcia dos Santos, em Outubro do ano passado – quase quatro meses após a sua demissão.

Recorde-se que o general Garcia dos Santos tinha sido nomeado por João Cravinho para a JAE «com especiais instruções de ser implacável no combate à corrupção». Mas, segundo o ministro, «não se conhece qualquer iniciativa investigativa nessa matéria» iniciada pelo general.

O resultado da sindicância, que se tornou na questão política do momento, conclui «pela existência de factos com relevância criminal suficiente para instaurar dez processos judiciais», pelo que se encontra agora nas mãos do procurador-geral da República, Cunha Rodrigues, para o prosseguimento das investigações e o completo apuramento da verdade.

Sobre este assunto, o primeiro-ministro, António Guterres, declarou que «o nosso desejo, que aliás motivou todas as medidas que foram tomadas no combate à corrupção, é que tudo seja investigado e que não doa a mão à justiça para punir quaisquer eventuais responsabilidades em matéria de corrupção naquele domínio».

Com esta declaração, António Guterres demonstrou, mais uma vez, que no seu entendimento o poder político não deve sobrepor-se à justiça, que todos os cidadãos são iguais perante a lei e que não há cidadãos de primeira, nem cidadãos de segunda.

De qualquer modo, e ao invés do que o líder do PSD pretende fazer com as suas insinuantes declarações sobre a intencionalidade desta sindicância, ela «foi feita para se descobrir a verdade e o que importa é que esta seja apurada porque só isso pode garantir a confiança dos portugueses no Estado democrático» e de direito em que vivemos.

Guterres anuncia megaplano até ao ano 2006

O primeiro-ministro, António Guterres, vai apresentar publicamente, nas próximas semanas, o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES), já aprovado em Conselho de Ministros. O PNDES foi coordenado pelo ministro do Equipamento, João Cravinho, e contou com

os contributos de todas as áreas de acção governativa.

Vencer o atraso estrutural do País e fazer de Portugal a mais moderna «frente atlântica da Europa» é o objectivo do megaplano que ultrapassa o âmbito da actual e próxima legislatura, estendendo-se até 2006.

Consumo de droga Presidente do Supremo Tribunal de Justiça defende descriminalização

O presidente do Supremo Tribunal de Justiça defendeu no dia 8 a descriminalização do consumo da droga.

«O toxicodependente é um doente, deve tratar-se, e sob receita e controlo médico, adquirir, em farmácia, e, portanto, transportar, se e enquanto necessitar, a substância de que, segundo o médico, não possa prescindir», disse.

O conselheiro Cardona Ferreira falava no colóquio parlamentar sobre o «Tráfico e Branqueamento de Capitais», no hemiciclo de São Bento.

O presidente do Supremo Tribunal de Jus-

tiça foi um dos convidados do colóquio, destinado a aprofundar a reflexão sobre esta problemática.

No que concerne ao branqueamento de capitais, Cardona Ferreira defendeu que os bens apreendidos, por razão ética, não devem ficar no património do Estado, mas sim serem aplicados em indemnizações a vítimas de actos criminosos.

Reafirmou que «os tribunais não estão só preocupados em aplicar a lei, estão preocupados especialmente com as pessoas e com os problemas subjacentes às leis».



CRISE NO PS EM VÉSPERA DE CONGRESSO

A crise no PS em vésperas do seu IV Congresso dominava a edição de 19 de Fevereiro de 1981 do «Acção Socialista».

O órgão oficial do PS publicava os textos do regulamento e do regimento do IV Congresso Nacional que se adivinha quente face às divergências, nomeadamente de estratégia, entre os soaristas e os camaradas do Secretariado.

Desdramatizando, esta divergência de pontos de vista era mais uma vez a prova paradigmática da liberdade de opinião e de tendências no interior do PS, que desde sempre foi o partido com maior democracia interna.

Destaque nesta edição para os artigos de opinião «A quarta crise no PS» e «Os militares na política», da autoria, respectivamente, dos camaradas António Campos e Raul Rego.

Por outro lado, o «AS» dava conta de um périplo de Soares pela Europa, onde constavam encontros com Helmut Schmidt, Willy Brandt, François Mitterrand e Felipe González, grandes nomes do movimento socialista.

Entretanto, o «AS» dava conta de uma campanha oportuna da JS, liderada pela camarada Margarida Marques, em que se apelava a uma Europa desnuclearizada de Portugal à Polónia. Eram os tempos da guerra-fria.

Num comunicado, a JS referia que a sua

campanha tinha por objectivo fundamental a «sensibilização dos jovens e da população em geral para os perigos que o armamento nuclear faz correr à humanidade».

J. C. C. B.

19 de Fevereiro

Quem disse?

«Não pode o Governo Regional da Madeira arrogar-se o direito de constituir um Estado dentro do Estado.»

Vieira de Freitas,

deputado do PS eleito pela Madeira



Cybercentros para jovens

A secretária de Estado da Habitação e Comunicações, Leonor Coutinho, e o secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, assinaram ontem, dia 17, na Fundação das Comunicações, em Lisboa, o protocolo que institui os Cybercentros para fomento do uso das tecnologias da informação, comunicações e multimédia pela

população jovem e estudantil.

O projecto será coordenado pelo Instituto das Comunicações de Portugal com o Instituto Português da Juventude e prevê a associação aos Cybercentros de entidades públicas ou privadas que se comprometam a contribuir para a sustentabilidade do seu normal funcionamento.

Convénio luso-espanhol sobre a água Um bom acordo

A ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, reafirmou, no dia 12, na Régua, que o convénio luso-espanhol dos rios internacionais é um «bom acordo», que assegura a «quantidade e qualidade de água suficiente para abastecer a bacia do Douro».

«Se não fosse um bom acordo, não teria rubricado», afirmou a governante, acrescentando que o convénio, que terá ainda que ser votado na Assembleia da República, «encerra um processo muito longo, durante o qual o Governo foi muitas vezes acusado de não estar a negociar, de estar a ser laxista e de estar a dormir».

«Final, consegui-se fazer um acordo que é muito equilibrado e bom para Portugal», frisou Elisa Ferreira, que falava aos jornalistas à entrada para uma reunião com os municípios da Bacia do Douro, que decorreu na Casa do Douro.

Relativamente aos transvases, albufeiras e retenções de água, a ministra salientou que esta questão «passa a ter um enquadramento regulamentar» com o convénio acordado entre os dois países ibéricos.

Segundo Elisa Ferreira, nestas questões, o procedimento previsto começa com uma informação, seguindo-se a participação no estudo de impacto ambiental, existindo ainda a possibilidade de reivindicação de alterações ao projecto e um mecanismo de solução de conflitos.

«Trata-se de um entendimento entre dois países, numa partilha de recursos que é vital», afirmou a ministra, frisando que «antigamente Portugal não tinha defesas nehumas e agora não se pode pretender que passe a controlar a política hidrológica de Espanha».

MASSIFICAR E DEMOCRATIZAR O ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

O Governo está atento aos principais fenómenos que irão marcar o século XXI. Um desses fenómenos é a sociedade de informação. Importa, por isso, que o maior número possível de portugueses tenha acesso às novas tecnologias de informação. Como advertiu António Guterres na sessão de encerramento do XI Congresso Nacional do PS, a futura exclusão social poderá estar relacionada com quem se insere ou não no mundo da Internet, que tem de ser estendida a todas as escolas do país, aos serviços da Administração Pública e a um número elevado de famílias.

A responsabilidade pelo desenvolvimento e ampliação das tecnologias de informação em Portugal será levada a cabo pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia. Em primeiro lugar, o Governo prepara-se para criar um serviço de correio electrónico gratuito. Esse serviço gratuito, deverá dentro de alguns anos ultrapassar a fasquia de um milhão de endereços, altura em que a quantidade de utilizadores provocará uma inevitável descida nos custos. Devido à au-



sência de um servidor nacional, dezenas de milhares de portugueses são actualmente obrigados a possuir os seus endereços no estrangeiro, na «Yahoo! Mail» ou na «Hotmail». Ou seja, Portugal está a pa-

gar tráfego internacional por ligações que muitas vezes têm apenas âmbito nacional. Além da criação de um servidor nacional, o Governo vai ainda multiplicar por mil o número de conteúdos actualmente exis-

tente. Com o natural aumento de utilizadores, essa fasquia da multiplicação por mil dos conteúdos poderá até ser largamente superada num prazo não muito longo.

Outra das medidas que o Ministério da Ciência e da Tecnologia se prepara para adoptar, relaciona-se com a extensão do programa «Cidades Digitais» a todo o país. O programa «Cidades Digitais» foi lançado para apenas se circunscrever à cidade de Aveiro, sendo agora o objectivo alargá-lo a todo o território nacional.

Em entrevista ao jornal «Público», Mariano Gago explicou como o Governo tenciona massificar a acessibilidade dos portugueses à Internet, tendo começado por lembrar que o Orçamento de Estado de 1998 já incluiu a possibilidade de abatimentos no IRS após compra de «software».

«Será agora indispensável a existência de parcerias (que o Estado estimulará) entre fabricantes de computadores, empresas de «software», fornecedores de acesso à Internet e de telecomunicações, para oferecerem ao mercado doméstico, a uma escala muito generalizada e para famílias de recursos mais modestos, computadores que satisfaçam as principais necessidades», afirmou Mariano Gago ao jornal «Público», na sua edição de segunda-feira passada.

OPOSIÇÃO SEM ARGUMENTOS CONTRA JAIME GAMA E PINA MOURA

Os ministros dos Negócios Estrangeiros e da Economia estiveram na semana passada envolvidos em debates parlamentares. Tanto Jaime Gama, como Pina Moura, conseguiram desfazer todas as dúvidas apresentadas por deputados de partidos da oposição. Pina Moura explicou as razões que levaram o Governo a operar fusões no sector energético face à crescente concorrência internacional e à liberalização do comércio mundial. Por sua vez, Jaime Gama apelou ao consenso nacional para a existência de uma estratégia sólida e racional face às difíceis negociações da Agenda 2000.

No debate requerido pelo PCP sobre a Agenda 2000, na passada quinta-feira o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros

começou logo por sublinhar a irreversibilidade da posição favorável de Portugal perante o alargamento da União Europeia aos países do Leste. Um apoio que «constitui um dever histórico da nossa parte», sublinhou o ministro, antes de lembrar que a decisão do alargamento foi tomada em 1993, por impulso político, «mas sem qualquer aferição das suas consequências sociais e económicas». Nas negociações sobre as perspectivas da União Europeia, entre 2000 e 2006, lembrou Jaime Gama, «estão em causa *dossiers* como o emprego, a coesão económica e social, a moeda única e o ambiente», salientando depois a sua satisfação «por nenhum dos grupos parlamentares da oposição apresentar um corte radical face ao Governo em torno destas matérias». No que respeita às negociações da Agenda 2000, o ministro dos Negócios Estrangeiros identificou como grande objectivo nacional a manutenção do mesmo grau de sustentação de desenvolvimento». Já em relação à reforma da Política Agrí-

cola Comum, Portugal bater-se-á por um novo modelo «menos vulnerável ao comércio internacional e ao fenómeno da globalização». Para Portugal, em contrapartida, os recursos deverão ser aplicados preferencialmente nas regiões agrícolas mais pobres e em benefício da protecção do mundo rural.

O ministro da Economia, por seu turno, participou numa audição da Comissão Parlamentar de Inquérito às relações entre o Governo e os grupos económicos nacionais. No ano passado, o PSD levantara suspeitas sobre a estratégia de nomeação de gestores para as principais empresas públicas. No entanto, na semana passada, o partido de Marcelo Rebelo de Sousa procurou fazer essas acusações e limitou-se a ténues críticas à política energética do Executivo socialista. Respondeu Pina Moura que este Governo teve de alterar a estratégia seguida por Cavaco Silva na área energética, sobretudo, devido à liberalização do sector e à crescente competitividade de empresas

instaladas no Centro da Europa e que, em breve, poderão pretender entrar no mercado nacional. «Não vale a pena andarmos a jogar ao gato e ao rato, promovendo a concorrência de âmbito nacional, para depois aparecer o tigre e engolir o gato e o rato», justificou o membro do Governo.

Perante os riscos inerentes à existência de monopólios no sector energético, Pina Moura lembrou a existência de comissões reguladoras, que nunca deixaram que as empresas monopolistas aproveitem para aumentar os preços excessivamente ou de forma arbitrária junto dos consumidores. Para o efeito, declarou mesmo a tranquilidade com que as principais confederações patronais da indústria encaram a política do Governo. Dentro em breve, as confederações da indústria vão assinar um protocolo com o Executivo, onde se garante a regulação dos preços, assim como a qualidade dos serviços prestados pelas empresas públicas energéticas do País.

PELO PAÍS

Governação Aberta

AMBIENTE - A ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, presidiu, no dia 8, em Amarante, à cerimónia pública de inauguração da renovada ETAR daquela cidade duriense, que representa um investimento de 270 mil contos.



Aquele equipamento, que vai servir uma população de 20 mil habitantes, foi ampliada e remodelada, possibilitando agora o tratamento secundário dos esgotos e a recepção do quádruplo do efluente previsto na sua configuração original.

A ETAR foi também dotada de um sistema de emissários, incluindo uma central elevatória.

Na cerimónia de inauguração estiveram presentes igualmente o secretário de Estado adjunto da ministra do Ambiente, Ricardo Magalhães, e o deputado socialista Francisco Assis.

Elisa Ferreira seguiu depois para Águeda, onde presidiu ao acto oficial de inauguração de outra ETAR, com capacidade para 20 mil habitantes e na qual foram investidos 200 mil contos.

CULTURA - O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, acompanhado pela secretária de Estado da Cultura, Catarina Vaz Pinto, visitou, no dia 12, o Teatro Camões, no Parque das Nações, em Lisboa, onde anunciou a transferência da tutela deste espaço, com a definição das datas, obras a executar e o modelo de gestão.

Nesta ocasião foi igualmente apresentada a programação da Orquestra Sinfónica Portuguesa para este ano, um dos organismos que utilizará o Teatro Camões para futura sede dos seus ensaios.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL - A secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Maria José Constâncio, participou, no dia 11, no Porto, na cerimónia de assinatura de contratos no âmbito da Iniciativa Comunitária PME (ICPME).

Assim, o Governo contratualiza com cerca de 50 empresas o apoio a investimentos de mais de quatro milhões de contos.

A cerimónia, que decorreu na Exponor, contou ainda com a presença do Presidente do IAPMEI e do gestor da ICPME.

EDUCAÇÃO - O secretários de Estado da Administração Educativa e da Educação e Inovação, respectivamente, Guilherme Oliveira Martins e Ana Benavente, por um lado, e as organizações sindicais, por outro, assinaram, no dia 9, em Lisboa, um protocolo de acordo que consagra o regime remuneratório dos professores destacados

para o exercício de funções docentes de português no estrangeiro.

O texto prevê que em 1998 e em 1999 seja garantida uma actualização salarial que toma como referência a taxa de inflação verificada nos países de acolhimento e as alterações indiciárias previstas para a carreira docente.

As duas partes acordam também no prosseguimento do processo negocial por forma a que, até ao final de 1999, seja possível chegar a um entendimento quanto ao modo de fixação dos valores do suplemento de residência e assumir compromissos quanto ao futuro no quadro de um processo gradual e sustentado de valorização do exercício de funções de docentes no âmbito do ensino português no estrangeiro.

EMPREGO E FORMAÇÃO - O secretário de Estado do Emprego e Formação, Paulo Pedroso, inaugurou, no dia 12, em Pinhel, a IV edição da Feira das Tradições.

À tarde, Paulo Pedroso presidiu, em Portalegre, à sessão de divulgação da Iniciativa Piloto de Promoção Local de Emprego, anunciando os locais de instalação dos Ninhos de Empresas do distrito no âmbito do Paulo Regional de Emprego do Alentejo. No dia 11, o governante esteve presente na sessão de abertura do seminário «Hotelaria em Portugal: Competitividade, Competências e Formação», que decorreu na Universidade do Algarve, em Faro.

EQUIPAMENTO - O ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho e os secretários de Estado adjunto e da Administração Local, visitaram alguns portos do Algarve e assinaram protocolos com vista à reabilitação urbana e apoio técnico a diversos municípios.

JUVENTUDE - O secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, visitou, no dia 14, o Parque das Nações, em Lisboa, onde apresentou o programa «Sem Fronteiras», cujo objectivo fundamental é a promoção de férias a jovens carenciados.



Esta é uma iniciativa conjunta da Secretaria de Estado da Juventude e a Secretaria de Estado da Inserção Social, que numa primeira fase permitirá que cem jovens da Região Norte e da Região Centro, entre os 13 e os 16 anos, possam passar uma semana de férias fora do seu local habitual de residência.

Até ao ano 2000, o programa «Sem Fronteiras» possibilitará que dois mil jovens carenciados tenham direito a uma semana de férias diferentes.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 11 de Fevereiro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que altera a lei relativa à protecção da maternidade e da paternidade;
- Um decreto-lei que estabelece o regime dos sistemas locais de saúde;
- Um decreto-lei que estabelece o regime de criação, organização e funcionamento dos centros de saúde;
- Um decreto-lei que cria um sistema especial de controlo e fiscalização ambiental da co-incineração;
- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a legislar sobre o regime de utilização das armas de fogo ou explosivos pelas forças e serviços de segurança;
- Um projecto de decreto-lei que regula as obrigações de serviço público e as ajudas do Estado relativamente a serviços aéreos para regiões insulares, periféricas ou em desenvolvimento;
- Um diploma que altera o regime da igualização dos preços dos livros, revistas e jornais no Continente e nas Regiões Autónomas;
- Um decreto-lei que altera o diploma que aprovou a orgânica do Instituto Português das Artes do Espectáculo;
- Uma resolução que autoriza o Instituto de Gestão do Crédito Público, a contrair, em nome e representação da República, empréstimos destinados às finalidades definidas nos artigos 73º a 75º da Lei n.º 87-B/98, de 31 de Dezembro;
- Um decreto-lei que visa alterar o quadro do pessoal dirigente do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE), aditando um lugar de subdirector-geral;
- Um resolução que ratifica a alteração ao regulamento e às plantas de ordenamento e de delimitação do perímetro urbano de Telheiro/Ferragudo do Plano Director Municipal de Reguengos de Monsaraz;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Urbanização de Urró, no município de Penafiel;
- Uma resolução que delega competências de superintendência nos ministros da República, até 30 de Setembro do ano em curso, relativamente aos serviços do Estado nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira dos Ministérios das Finanças, da Administração Interna e da Justiça;
- Uma resolução que nomeia João José Gomes Caetano da Silva encarregado de Missão junto do ministro dos Negócios Estrangeiros para as questões relativas à preparação da Cimeira EU/África, a partir do dia 1 de Fevereiro;
- Uma resolução que nomeia José Manuel da Palma Oliveira encarregado da Equipa de Missão para a Protecção e Gestão Ambiental das Salinas do Samouco;
- Uma resolução que nomeia Rui Manuel Leão Martinho para o cargo de presidente do Conselho Directivo do Instituto de Seguros de Portugal e Manuel Sebastião para o cargo de vogal do mesmo órgão;
- Uma resolução que exonera do cargo de presidente do Conselho Directivo do Instituto de Seguros de Portugal, Tomé Pinho Gil;
- Um decreto-lei que define os princípios gerais de acção a que devem obedecer os serviços e organismos da Administração Pública na sua actuação face ao cidadão, e que reúne de uma forma sistematizada as normas vigentes no contexto da Modernização Administrativa;
- Um decreto-lei que altera o regime jurídico do crédito agrícola mútuo e das cooperativas de crédito agrícola;
- Um decreto-lei que altera algumas disposições do diploma que aprovou o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos estabelecimentos de restauração e de bebidas.



CO-INCINERAÇÃO SISTEMA ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO

O Governo decidiu, no dia 11, em Lisboa, criar um sistema especial de controlo e fiscalização ambiental da co-incineração.

No memorando entregue pelo primeiro-ministro, António Guterres, às autoridades locais de Souselas e Coimbra e de Maceira e Leiria, em 6 de Janeiro de 1999, ficou estabelecido um sistema especial de monitorização, acompanhamento e controlo da instalação da co-incineração de resíduos industriais perigosos nas unidades cimenteiras de Souselas e de Maceira, decidida por despacho da ministra do Ambiente, datado de 28 de Dezembro de 1998.

O elemento crucial desse sistema consiste na criação de uma Comissão Científica Independente de Controlo e Fiscalização Ambiental do Processo de Co-incineração, composta por especialistas designados pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, pelas Câmaras Municipais interessadas e pelo Ministério do Ambiente.

Importa instituir juridicamente esse organismo, de modo a potenciar a sua natureza independente e o exercício imparcial dos seus poderes. Isto passa por definir a sua natureza organizatória, o modo de designação e o estatuto dos seus membros, a duração dos seus mandatos, a sua competência e poderes, o seu regime financeiro, os serviços de apoio pessoal e técnico.

Opta-se, assim, por conferir personalidade jurídica ao novo organismo, criando para o efeito um pessoa colectiva pública de tipo



institucional (serviço administrativo personalizado), reforçando-se, assim, inequivocamente, as características de independência do novo organismo, conferindo-lhe também uma forte autonomia financeira e capacidade contratual, que somente a personalidade jurídica proporciona.

As atribuições da Comissão, definidos no memorando do chefe do Executivo socialista, requerem uma adequada definição da sua competência e dos seus poderes.

Entre eles contam-se o poder de definir parâmetros das emissões da co-incinera-

ção - se necessário em termos mais exigentes do que os máximos admissíveis constantes da legislação vigente -, de estabelecer uma tipologia dos resíduos a queimar e de proceder aos testes necessários para concluir com um parecer circunstanciado e conclusivo, dotado de força vinculativa naquilo que ele seja contrário (no todo ou em parte) à necessária autorização administrativa.

Para potenciar a capacidade da Comissão estabelecem-se os necessários meios e garantias, desde o direito de acesso aos locais e equipamentos das cimenteiras e aos elementos detidos pela Administração do Estado, até à possibilidade de a Comissão recorrer à audição de especialistas, encomendar estudos especializados, contratar serviços que julgue necessários.

Os pareceres da Comissão são vinculativos, no sentido de inviabilizarem a prática dos actos administrativos de autorização ou licenciamento, tanto pelas autoridades ambientais como da administração económica. Para reforçar essa nota vinculativa opta-se pela nulidade das decisões administrativas que os não respeitem, em vez do regime geral da anulabilidade.

A Comissão será dotada da competência para tomar as medidas cautelares previstas na legislação vigente, assumindo assim inequivocamente poderes de autoridade administrativa independente, que não dependem de nenhuma outra autoridade e que só podem ser impugnadas por via contenciosa, nos termos gerais.

NOVO REGIME DE USO E PORTE DE ARMAS

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 11, uma proposta de lei que autoriza o Governo a legislar sobre o regime de utilização das armas de fogo ou explosivos pelas forças e serviços de segurança.

Este diploma vem criar um regime regulador, uniforme e sistemático, do uso de armas de fogo na acção policial, por parte de todas as entidades definidas no Código de Processo Penal como órgãos de polícia criminal.

Num Estado de Direito Democrático, a acção policial obedece a um conjunto de valores que constituem os pressupostos de toda a sua actividade. São eles, nomeadamente, os valores da liberdade, da igualdade na diversidade, do respeito da dignidade da pessoa humana e da garantia dos



direitos e liberdades fundamentais.

Reputa-se, contudo, indispensável que o reconhecimento da importância destes valores fundamentais seja acompanhada da consciência do facto da acção policial ocorrer, muitas vezes, em situações dramáticas, em situações em que os referidos valores estão precisamente em crise, sendo, portanto, urgente encontrar uma solução em nome da liberdade e da segurança dos cidadãos.

Por isso, algumas das leis vigentes para as diversas forças policiais, além de proclamarem expressamente os limites decorrentes dos princípios da necessidade e da proporcionalidade, disciplinam, com algum pormenor, os requisitos para a utilização de armas de fogo, bem como certos deveres que acompanham tal utilização, tais como o dever de socorro e o dever de relato.

Neste contexto, o regime proposto obedece a quatro linhas fundamentais: a uniformização da regulamentação existente sobre esta matéria e, consequentemente, o reforço da respectiva relação de confiança com os cidadãos; a explicitação e desenvolvimento das condicionantes ao uso de armas de fogo inerentes aos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente previstas; a enfatização da necessidade de salvaguarda da vida humana até ao extremo possível, através da concretização de exigências acrescidas e mais restritivas, de recurso a arma de fogo contra pessoas; e a salvaguarda do próprio agente policial, que, com um quadro mais claro de procedimentos, vê facilitada a adopção, em cada momento crítico, do comportamento adequado ao desempenho da sua missão.

PROTECÇÃO À MATERNIDADE E PATERNIDADE

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 11, em Lisboa, uma proposta de lei que altera o quadro normativo relativo à protecção da maternidade e da paternidade.

O diploma, que procede a uma revisão do regime em vigor, introduz várias alterações no sentido de aumentar a protecção da criança e dos pais, contribuir para uma repartição equitativa das responsabilidades familiares e estimular o contac-

to do pai com a criança. Neste sentido alargou-se a protecção aos casos de adopção e confiança judicial ou administrativa, dando cumprimento ao imperativo constitucional de protecção dos órfãos; dos 120 dias de licença por maternidade, a mãe passa a gozar obrigatoriamente 6 semanas a seguir ao parto; concede-se ao pai uma licença de cinco dias aquando do nascimento do filho; e permite-se aos avós de crianças filhas de pais

adolescentes faltar até 30 dias consecutivos aquando do nascimento do neto. Institui-se ainda a licença parental, cumulativamente com a licença especial já existente, que permite aos pais faltar três meses consecutivos ou beneficiar de seis meses de trabalho a tempo parcial até aos seis anos de idade da criança.

No âmbito desta licença parental, o pai usufruirá de 15 dias subsidiados, se forem gozados logo após o termo da licença de

paternidade/maternidade.

Esta proposta de lei integra-se nos objectivos do Programa do Governo, nomeadamente a nível das «Políticas Sociais» (Capítulo IV) no que toca a «Apoiar a família e favorecer a igualdade entre homens e mulheres» e ao «Emprego, Formação Profissional e Relações de Trabalho», procedendo também à transposição da Directiva Europeia n.º 96/34/CE, de 3 de Junho, do Conselho.

Inovações introduzidas pela proposta de lei de alteração à Lei da Maternidade e da Paternidade (Lei n.º 4/84, de 5 de Abril)

- A mãe passa a ter direito a uma licença por tempo indeterminado, de acordo com a respectiva prescrição médica, em caso de risco clínico, independentemente de internamento hospitalar.
- O pai passa a ter direito a faltar cinco dias úteis no primeiro mês a seguir ao nascimento do filho (sem prejuízo de poder gozar da licença por paternidade por impossibilidade ou morte da mãe ou por decisão conjunta de ambos).
- Alarga-se aos casos de confiança judicial ou administrativa e à adopção os seguintes direitos: redução do horário de tra-

balho para assistência a menores deficientes e direito a faltas para assistência a deficientes.

- Aumenta-se para 100 o número de dias a que o adoptante tem direito e para 15 anos a idade do adoptado.
- Alargamento deste direito às mães que, por razões físicas ou por opção, não amamentem o filho, prevenindo-se a possibilidade de ser o pai a gozar da dispensa, por decisão conjunta.
- Criação, cumulativamente com a licença especial, de uma licença parental de três meses consecutivos ou seis meses de tra-

balho a tempo parcial até aos seis anos de idade da criança, em transposição de uma directiva comunitária.

- No âmbito da licença parental, o pai (e apenas este) tem direito a 15 dias subsidiados se gozados imediatamente a seguir à licença de maternidade/paternidade, como forma de incentivar a equitativa repartição das responsabilidades familiares e a criação de laços entre pai e filho nos primeiros anos de vida deste.
- Esclarece-se o alcance deste parecer, estabelecendo-se a obrigatoriedade de ser decretada a suspensão judicial do

despedimento quando este tenha ocorrido em violação de um parecer desfavorável da CITE, cominando-se expressamente a nulidade deste despedimento.

- Dos 120 dias a mãe passa a gozar obrigatoriamente as primeiras 6 semanas a seguir ao nascimento.
- Garante-se aos avós de crianças filhas de pais adolescentes com idade até 16 anos o direito a faltar até 30 dias consecutivos aquando do nascimento do neto, direito este que é exercido por qualquer um dos ascendentes por decisão conjunta.

SLS: DESBUROCRATIZAR E AGILIZAR

O Executivo socialista deu luz verde, no dia 11, ao decreto-lei que estabelece o regime dos sistemas locais de saúde:

A criação de Sistemas Locais de Saúde (SLS) visa, através de efectiva articulação funcional entre os serviços públicos de saúde e do envolvimento de outras entidades, nomeadamente na execução de programas e actividades comuns, a conjugação e gestão integrada dos recursos, a melhoria da eficiência do desempenho dos serviços e a melhoria da acessibilidade dos cidadãos a cuidados de saúde de qualidade. Cada SLS abrange os serviços e instituições, públicos e privados, que numa determinada área geográfica desenvolvem actividades na área da saúde, podendo a iniciativa da sua criação partir dos próprios serviços prestadores de cuidados em associação com as autarquias locais, através de planos de acção a submeter à aprovação das Administrações Regionais de Saúde.

Em termos funcionais, cada SLS terá como órgãos de gestão um Conselho Coordenador composto por representantes dos hospitais, centros de saúde, serviços de saúde pública e, quando participarem no

Sistema Local de Saúde, por representantes dos municípios ou das freguesias abrangidas; bem como um Conselho Geral, com funções consultivas, no qual terão assento todas as entidades públicas e privadas que, na área geográfica abrangida pelo SLS, desenvolvam actividades relacionadas com a saúde e que acordem com os serviços e instituições de saúde a execução de programas e projectos comuns (estabelecimentos de ensino, serviços da Segurança Social, autarquias locais e ONG's)

Centros de Saúde

Entretanto, na reunião de Conselho de Ministros realizada na passada quinta-feira, o Governo aprovou também um diploma que estabelece o regime de criação, organização e funcionamento dos centros de saúde (CS).

O decreto-lei visa a reestruturação dos actuais centros de saúde atribuindo-lhes um estatuto jurídico idêntico ao dos hospitais públicos, com capacidade autónoma de decisão administrativa e financeira, o que lhes permitirá uma actuação mais célere, desburocratizada e eficaz.

Esta reestruturação, a implementar faseadamente ao longo de três anos, visa uma maior acessibilidade da população à prestação dos cuidados de saúde, definindo-se uma intervenção mais efectiva dos responsáveis máximos dos CS na concretização deste objectivo essencial; uma maior adequação à realidade local através de uma acrescida participação da comunidade e de uma intervenção mais relevante dos médicos de família e de outros profissionais que com eles trabalham; uma maior eficácia do sistema através de uma racionalização dos seus efectivos humanos e dos seus meios técnicos; e uma melhor gestão dos recursos humanos e técnicos dos CS com vista a uma aplicação mais efectiva e menos gravosa dos meios financeiros disponíveis.

Para tal, o diploma confere aos CS individualizados uma significativa autonomia administrativa e financeira, definindo, ao mesmo tempo, as suas atribuições (no âmbito da medicina geral e familiar e da saúde pública), os seus órgãos (o conselho de administração, a direcção técnica, composta por um médico e um enfermeiro, o conselho técnico, integrado pelos directores das várias unidades funcionais e

o conselho consultivo) e respectivas competências.

Permite, igualmente, a criação de associações de centros de saúde que receberão também um estatuto de autonomia propiciador de maior capacidade de decisão e maior proximidade às necessidades de saúde dos cidadãos.

Em termos de implementação destas medidas, importa realçar que se mantêm todas as unidades físicas de prestação de serviços técnico-assistenciais, mudando simplesmente o dispositivo e competências de gestão dos CS, bem como a sua matriz organizacional.

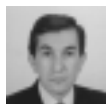
Os actuais serviços das sub-regiões ou serão integrados progressivamente nos CS reestruturados, ou deverão constituir-se em seus fornecedores tendo em vista a obtenção de economia de escala, com a decorrente redução dos recursos humanos e financeiros.

A reestruturação vai permitir uma redução significativa dos encargos totais com o funcionamento dos centros de saúde, cujos custos actuais variam, em média, entre 20 a 35 contos, por residente, por ano, o que em muitos centros de saúde ascende a mais de dois milhões de contos anuais.

DEPUTADO FERNANDO SERRASQUEIRO

Consumo

CÓDIGO DE BARRAS



O deputado Fernando Serrasqueiro salientou dia 3, na Assembleia da República, que para o PS «a protecção e promoção dos interesses e dos direitos dos consumidores constitui um dos eixos fundamentais da sua acção governativa».

Acrescentou, a propósito, que o Executivo socialista «foi aquele que até aos dias de hoje mais se preocupou com o reforço efectivo da política de consumidores no nosso país».

O deputado do PS falava durante a discussão do projecto-de-lei do Partido Ecológico «Os Verdes» que pretende que, sempre que os preços sejam colocados nos produtos através de etiqueta contendo o código de barras, dele deve constar obrigatoriamente e de forma visível, em dígitos, o preço total correspondente.

Referindo tratar-se de uma iniciativa legislativa «globalmente positiva e meritória tendo em conta os fins que visa atingir, já que o seu desiderato último é criar condições para que os consumidores possam exercer as suas opções de consumo de forma consciente, livre e esclarecida», Fernando Serrasqueiro ressaltou no entanto que a aprovação do diploma, tal

como foi apresentado, «pouco contribuirá para uma melhoria do acesso à informação por parte dos consumidores».

Na sua intervenção, Fernando Serrasqueiro referiu que em matéria de protecção dos consumidores, o actual Governo «assumiu com os portugueses o compromisso de redignificar a intervenção do Estado em defesa do cidadão consumidor, estabelecendo neste domínio um vasto conjunto de objectivos prioritários», tais como, entre outros, «o aumento da informação aos consumidores, designadamente por via da rotulagem e das instruções de uso; a concretização do direito de participação e representação dos consumidores; o reforço da consciência social da ilicitude de comportamentos contrários aos interesses e direitos do consumidor; o aumento dos meios de acção e coordenação de esforços dos serviços oficiais de inspecção económica; e o controlo efectivo da legalidade das mensagens publicitárias».

O deputado do PS lembrou ainda que a Assembleia da República teve a oportunidade de aprovar em 1996 a nova Lei de Defesa do Consumidor, «instrumento jurídico fundamental à defesa dos direitos e interesses dos consumidores».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADA NATALINA MOURA

Planeamento familiar/Educação sexual

BINÓMIO INSEPARÁVEL E IMPRESCINDÍVEL



A deputada socialista Natalina Moura defendeu, no dia 10, no Parlamento, que falar em planeamento familiar sem que se fale em educação sexual é não entender a complementaridade das duas áreas.

«O binómio planeamento familiar/educação sexual é imprescindível», declarou.

Recordando que a implementação da educação sexual nas escolas se tem revelado um processo longo e complexo, a que não tem sido alheio o enquadramento ideológico e as pressões das diferentes sensibilidades em presença na sociedade, a parlamentar do PS não abdicou de destacar que, «ao longo das últimas décadas, o debate sobre estas temáticas tem sido apaixonado tendo a sexualidade sido gradualmente aceite no plano dos usos e costumes como uma matéria do fórum pessoal e do casal».

Porém, conforme Natalina Moura fez questão de frisar, ainda existem «alguns» para quem a formulação de políticas na área da educação sexual não passa de uma actividade desencanaadora da quebra da moral estabelecida.

Apesar da controvérsia que ainda geram a

sexualidade e a educação sexual, o Executivo socialista não se demite das suas responsabilidades, partindo para iniciativas moderadas, mas importantes.

«Não é por acaso que ao se criar a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, em regime de experiência pedagógica de 1991 a 1992 nos damos hoje conta, como apesar das componentes/domínios: educação familiar; relações interpessoais; educação sexual; entre outros, não ter tido a confirmação do seu real significado e da importância que deveria desempenhar no sistema educativo em vigor», sublinhou. Natalina Moura referiu a carência de (in)formação sobre sexualidade como uma das causas da marginalidade juvenil e questionou repetidamente todos os grupos parlamentares: «Quem tem medo da educação Sexual?».

Ao terminar a sua intervenção, a deputada do GP/PS reafirmou, categórica, que «a educação sexual é promotora da segurança, é preventiva da insegurança e da angústia que os jovens vivenciam, sobretudo aqueles que coabitam com situações de precaridade e violências familiares».

«Para criar quadros securizantes é urgente e necessário evitar tudo o que seja incerto, impreciso e vago», concluiu.

M.R.

DEPUTADA SÓNIA FERTUZINHOS

Planeamento familiar

AVANÇAR COM EFICÁCIA NOS RESULTADOS E NO TEMPO

«A personalidade inteira traz a marca do sexo e, assim sendo, educação sexual poderia ser definida pelo seu objectivo último que será a formação de um homem ou de uma mulher, capazes de realizar o melhor possível o seu papel de homem ou de mulher no mundo.»

André Berge



A deputada socialista Sónia Fertuzinhos salientou no dia 10 de Fevereiro, na Assembleia da República, durante o debate sobre planeamento familiar, que «pela primeira vez em Portugal o Governo compromete-se com uma estratégia em matéria de planeamento familiar e educação sexual, que apresenta publicamente, fixando metas e definindo prazos que permitem transparência numa futura avaliação política».

Sónia Fertuzinhos frisou que o Governo do PS «assume de forma expressa e inequívoca uma vontade política na área do planeamento familiar e da educação sexual consubstanciada num plano inovador caracterizado também pela sua transversalidade e forte colaboração interministerial». O objectivo, sublinhou, «é o de avançar com eficácia nos resultados e no tempo, e sem desperdícios de recursos».

Para Sónia Fertuzinhos, o agendamento do PSD sobre planeamento familiar sugere, desde logo, o reforço de duas constatações fundamentais nesta matéria.

A primeira constatação, disse, «é que a discussão sobre a IVG foi essencial para que a sociedade portuguesa manifestasse um consenso inequívoco sobre a necessidade de uma aposta e acção em matéria de planeamento familiar e educação sexual».

A segunda constatação, frisou, é que o Governo assumiu, desde que entrou em fun-

ções, «um compromisso programático em matéria de planeamento familiar e educação sexual».

A deputada do PS lembrou que o debate da IVG «permitiu um reconhecimento por parte da sociedade e dos responsáveis políticos da necessidade do seu envolvimento e empenhamento nestas matérias colaborando com o trabalho desenvolvido pelo Governo».

Depois de referir algumas das conclusões do Projecto Experimental de Educação Sexual e Promoção de Saúde nas escolas, que implicou uma aposta «na procura de orientações no caminho a seguir», a deputada do PS disse esperar que o debate «reforce o consenso e a vontade política de todos os grupos parlamentares, sobretudo daqueles que evoluíram tardia e recentemente nas áreas do planeamento familiar e da educação sexual, quanto à necessidade de avançar com a educação sexual nas escolas portuguesas».

Sónia Fertuzinhos referiu ainda que para o GP/PS os objectivos na aposta na educação da sexualidade humana passam por quatro aspectos essenciais: «promover a igualdade entre os sexos e a tolerância para com a diferença, fundada num comportamento ético nas relações interpessoais e sociais, com base no respeito do indivíduo por si próprio e pelo outro; fomentar uma atitude positiva em relação à sexualidade, através da transmissão adequada de informação e conhecimentos cientificamente fundamentados; promover o diálogo e o debate esclarecedor que permita o melhor acompanhamento das crianças e dos jovens, dando espaço à capacidade crítica em vez do conformismo social; e permitir o envolvimento criativo da comunidade, de todos, visando a responsabilidade e a responsabilização individual e colectiva neste processo».

J. C. CASTELO BRANCO

AGENDA PARLAMENTAR

Quinta-feira, dia 18

A Assembleia da República reúne, hoje, a partir das 15 horas, para uma interpelação ao Executivo socialista, requerida pelo PCP e centrada na «defesa do Serviço Nacional de Saúde e a política do Governo para o sector».

As votações regimentais realizar-se-ão, como habitualmente, por volta das 18 horas.

Quarta-feira, dia 24

Na reunião plenária deste dia, os deputados debaterão três propostas de lei governamentais.

O primeiro diploma autoriza o Governo a legislar em matéria de benefícios fiscais à Brisa - Auto-estradas de Portugal, SA. O segundo altera o regime contra-ordenacional aplicável às violações das normas legais sobre o direito de habitação periódica e direitos análogos, designadamente direitos de habitação turística. A terceira e última proposta, autoriza o Executivo a conceder garantia pessoal do Estado ao cumprimento das obrigações do Banco Central do Brasil (BCB) perante o Banco de Portugal, no âmbito de apoio financeiro a conceder ao BCB pelo Bank for International Settlements (BIS), com a participação de Portugal e de outros bancos centrais, sob forma de uma «credit facility» no montante global de 14 mil milhões de dólares norte-americanos. Depois, os partidos com assento parlamentar analisarão um projecto de lei, iniciativa dos deputados comunistas, que altera a Lei Orgânica de Funcionamento dos Tribunais Judiciais.

DEPUTADO ALBERTO MARQUES

Saúde

SÍNDROMA PRÉ-ELEITORAL



«O Partido Socialista e o Governo recusam qualquer visão minimalista do planeamento familiar».

A garantia foi dada pelo deputado do PS Alberto Marques, no dia 10, no Parlamento, por ocasião do debate de urgência requerido pela bancada laranja sobre a referida matéria.

Segundo o parlamentar socialista, «a saúde reprodutiva constitui uma das prioridades do Programa de Governo desenvolvido no quadro da estratégia da Saúde aprovada para os anos de 1998 a 2002».

Ficou, assim e mais uma vez, reafirmada a importância política que desde sempre o PS atribuiu ao planeamento familiar, enquanto «elemento promotor de condições favoráveis à modernização e ao desenvolvimento sustentado da sociedade portuguesa».

É que, para Alberto Marques, «no decurso desta legislatura, houve por parte do Governo da Nova Maioria um repensar da política de planeamento familiar e da educação sexual» e, por isso, acrescentou, «é justo reconhecer a forma dinâmica, a atitude responsável e determinada com que o actual Governo tem sabido corresponder às expectativas e aos interesses dos cidadãos».

Como exemplos o deputado do GP/PS apontou, entre as muitas iniciativas implementadas, a instituição da «Sexualidade em Linha», especialmente dirigida aos jovens e o programa «Haja Saúde».

Por isso, e na opinião de Alberto Marques, «ignorar deliberadamente as medidas e

programas em curso ou em preparação, a que alude de forma exaustiva e desenvolvida o relatório da Comissão Interministerial para a elaboração de um Plano em Educação Sexual e Planeamento Familiar é injusto, é incorrecto e é politicamente demagógico».

Os efeitos positivos de uma política para a saúde familiar e para a educação sexual promovida pelo Executivo socialista já se fazem sentir, embora timidamente.

Alberto Marques referiu dados do Instituto Nacional de Estatísticas para sustentar as convicções nos «importantes ganhos no sector da saúde» verificados.

O INE confirma a descida dos valores da mortalidade materna, perinatal e infantil, bem como a diminuição da percentagem de partos em grupos de maior risco obstétrico, nomeadamente em adolescentes.

Optimista quanto ao futuro, Alberto Marques termina a sua intervenção assegurando que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista acredita ser possível melhorar ainda mais a qualidade dos «cuidados prestados e a acessibilidade, sempre em função de uma mais efectiva avaliação das políticas».

Neste sentido o deputado do PS apelou para que o PSD apresentasse críticas pertinentes e propostas alternativas, sem cederem à «tentação pré-eleitoral de criar instabilidade política à custa da Saúde dos portugueses».

«Essa responsabilidade e esse respeito são devidos, não apenas por quem governa, mas também por quem está na oposição!», disse.

M.R.

DEPUTADA ROSÁRIO CARNEIRO

Planeamento familiar

ACRÉSCIMO DE RESPONSABILIDADE E DE EXERCÍCIO DE LIVRE ESCOLHA



A deputada independente do GP/PS Maria do Rosário Carneiro disse no dia 10, na Assembleia da República, que se «justifica plenamente o retorno constante a uma análise sistemática» da efectiva concretização do planeamento familiar.

Considerou «imperiosa a permanência de debate em torno do planeamento familiar», nomeadamente «pela análise da intensidade das medidas definidas e dos recursos afectados, pela verificação constante dos objectivos realizados, no intransigente respeito da privacidade e da autonomia das pessoas envolvidas, no intransigente respeito por cada projecto de desenvolvimento pessoal, por nos encontrarmos num domínio que é por excelência o das liberdades pessoais».

Maria do Rosário Carneiro sustentou que o debate sobre o planeamento familiar, que tem como «núcleo determinante a pessoa,

as suas convicções e os seus comportamentos, não pode, por isso mesmo, centrar-se num mero enunciado de estatísticas referentes a número de consultas realizadas, de técnicos ou de utentes envolvidos, de métodos disseminados».

Para a deputada independente do GP/PS, falar de planeamento familiar «é falar de acréscimo de consciência, de apelo à responsabilidade, de exercício de livre escolha».

«É por isso também falar do combate à pobreza e à exclusão, fontes de tanta indignidade, garantindo que aos grupos mais vulneráveis seja assegurado o acesso à livre opção, garantindo ainda que a estes grupos se assegurem formas complementares transitórias até que sejam adquiridas as competências mínimas», disse.

A deputada independente do GP/PS considerou ainda que falar de planeamento familiar «é também falar em educação, na aprendizagem das condições para se ser feliz, sem medos nem sanções».

J. C. C. B.

DEPUTADO JOEL HASSE FERREIRA

Agenda 2000

PELO REFORÇO DA COESÃO SOCIAL E ECONÓMICA EUROPEIA



O deputado do PS Joel Hasse Ferreira considerou no dia 11 de Fevereiro, durante o debate sobre a Agenda 2000 realizado na Assembleia da República,

que «a coesão política desta União cuja construção ganha progressivamente contornos mais aperfeiçoados, terá que assentar não apenas nas instituições políticas existentes e num espaço monetário que se unifica e queremos consolidar, mas também numa coordenação de políticas económicas, cujo aprofundamento será exigido pelo próprio funcionamento do espaço unificado do euro». Segundo Joel Hasse Ferreira, «o que está em causa no "dossier" da Agenda 2000 é a necessidade de compatibilizar o processo de alargamento da União Europeia aos países do Centro-Leste europeu com a manutenção do esforço de coesão económico-social no âmbito da União».

E, frisou, «não nos devemos deixar intimidar por propostas que reduzam os montantes a serem aplicados no reforço dessa mesma coesão económico-social. Mas queremos decididamente apoiar os esforços dos governantes e negociadores portugueses no sentido da obtenção de uma situação equilibrada».

Salientando que todo este «dossier» das negociações envolvendo a chamada Agenda 2000 tem de ser encarado com a «seriedade necessária» por parte das forças políticas e sociais portuguesas, o deputado do PS referiu que «convém irmos eliminando as cabriolas políticas mais diversas e as manobras mais canhestra, as actuações demagógicas por parte de determinados sectores partidários».

Pondo os nomes aos actores sociais e políticos, Joel Hasse Ferreira disse: «Procura o PSD com o discreto apoio do seu novo parceiro europeísta, estabelecer tão alto a fasquia dos objectivos de forma a que nunca ou muito dificilmente possam ser atingidos. E para quê? Para em qualquer caso, seja qual for o resultado final obtido, se venha a dizer que o Governo falhou, que Portugal foi prejudicado!».

Quanto ao PCR o deputado socialista referiu que se conjugam no interior do partido da Soeiro Pereira Gomes «duas atitudes».

«Esperemos que a preocupação com os interesses nacionais no quadro da construção europeia sobrelevará as antigas atitudes hostis face à União Europeia», disse o deputado do PS, salientando que «não podemos participar às arrecuas na construção europeia».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO ARTUR SOUSA LOPES

Novas adesões à UE

EUROPA A UMA SÓ VOZ



O deputado socialista Artur Sousa Lopes apelou para a coragem política da União Europeia, no sentido de se definirem *timings* para a concretização das novas adesões. É preciso saber quem entra, quando e como.

«Porque havendo vontade política tudo é possível», assegurou o parlamentar do PS que falava durante a sessão plenária do dia 11 da Assembleia da República.

Depois de dar rápidas imagens das evoluções alcançadas em países como a Letónia, Chipre, Hungria, Polónia, Estónia, República Checa, Eslovénia, Roménia, Eslováquia, Lituânia e a Bulgária, Artur Sousa Lopes referiu a jovem democracia em consolidação que floresce na Rússia, apesar das crises financeiras que a abalaram, abalando também os mercados internacionais.

Recordando que todos estes Estados são europeus, sublinhou a esperança que guardam numa próxima adesão à União Europeia.

«O Governo português defende politicamente, e muito bem, as novas adesões à UE», disse o deputado do GP/PS, acrescentando que «com o alargamento, melhor nos situaremos, numa Europa que é nossa, apagando definitivamente da nossa memória histórica o "Portugal do orgulhosamente

sós" e sermos o Portugal orgulhosamente europeu e solidário».

Neste sentido Artur Sousa Lopes referiu a Agenda 2000 que, segundo explicou, «para além do emprego, crescimento, da estabilidade e da reforma económica, tem que ter uma preocupação profunda com o alargamento, para a consolidação e a estabilidade política da União Europeia».

Denunciando uma UE «profundamente economicista e burocrata» o parlamentar socialista alertou para o perigo de enfraquecimento do prestígio mundial da União caso não se defina uma política externa comum para fazer face a conflitos como o recente ataque ao Iraque.

«Queremos uma Europa preocupada com a solidariedade e a segurança», afirmou, alertando de seguida para a existência de egoísmos nacionais nos países da EU no actual quadro de discussão da Agenda 2000.

É que os diferentes países parecem estar mais preocupados em defender os seus interesses, «quantas vezes só numa visão eleitoralista para consumo interno», não havendo uma opinião pública europeia a Europa assim «falar a uma só voz».

«Não nos devemos remeter tão-só à política do betão», reiterou Artur Sousa Lopes, recordando, para terminar, que «quanto mais forte for a Europa, mais forte é Portugal». M.R.

GUINÉ-BISSAU

Acordo

FINALMENTE A PAZ

O encontro do dia 14 entre o presidente Nino Vieira e o brigadeiro Ansumane Mané foi o mais caloroso de todos aqueles até agora efectuados entre ambos para separar o conflito político-militar do país.

Nino Vieira e Ansumane Mané encontraram-se três vezes no estrangeiro, a primeira em Banjul, na Gâmbia, por iniciativa do presidente Yahya Jammeh, a segunda em Abuja, na Nigéria, por iniciativa do presidente Abdulsalami Abubakar, e a terceira em Lomé, no Togo, por iniciativa de Gnassingbe Eyadéma.

Em Banjul, Nino Vieira e Ansumane chegaram a abraçar-se na sequência de um pedido de paz do presidente gambiano, mas a crispação existente entre ambos não passou despercebida na cerimónia de reconciliação tentada por Yahya Jammeh.

Em Abuja, os dois beligerantes guineenses, sob os auspícios de Abdulsalami Abubakar, então presidente em exercício da CEDEAO, assinaram a 2 de Novembro o acordo de paz que tem vindo a determinar todo o processo negociado para a normalidade da vida guineense.

Em Lomé, e por iniciativa do presidente Gnassingbe Eyadéma, que, entretanto, assumiu a presidência da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), e na presença, mais uma vez, do presidente nigeriano, Nino Vieira e Ansumane Mané estabeleceram um acordo para a constituição do futuro governo de unidade nacional estipulando as pastas a atribuir por cada uma das partes. Depois deste último encontro, em Dezembro passado, o processo negociado de paz

para a Guiné-Bissau entrou numa nova fase com a discussão de um projecto de acordo para o envio da força de interposição de paz da CEDEAO (ECOMOG), retirada das tropas estrangeiras que lutaram ao lado de Nino Vieira e aquartelamento e desarmamento dos militares em conflito.

No dia 30 de Janeiro, chegou-se a anunciar um acordo sobre esta matéria, mas na madrugada do dia 31, por razões ainda desconhecidas, reataram-se as hostilidades que só viriam a ser suspensas com a assinatura de um novo cessar-fogo no passado dia 3.

O processo de consolidação da paz na Guiné-Bissau conheceu com este incidente um importante revés com a desconfiança e a frieza de relações a instalarem-se novamente entre as partes.

O primeiro sinal de desanuviamento só foi conseguido na passada quinta-feira quando o primeiro ministro indigitado, Francisco Fadul, aceitou a encontrar-se com Nino Vieira no gabinete de trabalho do presidente guineense em Bissau.

Nino Vieira manifestou, então, a Francisco Fadul a necessidade da tomada de posse do Governo bem como a importância de alguns aspectos relacionados com o processo de desmilitarização do país.

Do encontro resultou uma proposta para a tomada de posse do Governo no dia 18, data que entretanto foi alterada por proposta do brigadeiro Ansumane Mané para sábado ou domingo (20 ou 21) e que foi entregue durante uma nova reunião de trabalho realizada no sábado entre Nino Vieira e Fadul.

Foi nesta reunião que surgiram os primeiros sinais evidentes de uma aproximação

entre as partes em conflito e que culminou no dia 14 com o encontro realizado na delegação da União Europeia entre Nino Vieira e Ansumane Mané.

A reunião, que durou pouco mais de uma hora, contou inicialmente com a presença da comissária europeia Emma Bonino e de um amigo de ambos (presidente e líder da Junta), o ex-ministro do Interior guineense, Abubacar Baldé.

Emma Bonino saiu, entretanto, da sala de reuniões para se encontrar com o primeiro-ministro, Francisco Fadul, e com jornalistas a quem afirmou ser um «milagre» não se ter declarado ainda nenhuma epidemia

na Guiné-Bissau.

A comissária europeia disse ainda que os Quinze «não podem ir mais longe» no apoio humanitário que tem sido prestado à Guiné-Bissau, advertindo para as consequências da possibilidade de um agravamento do conflito.

Durante cerca de meia hora os dois beligerantes guineenses estiveram reunidos a sós, o que nunca tinha acontecido em qualquer dos encontros anteriores.

Minutos mais tarde saíram pelas mãos de Emma Bonino, tendo Nino Vieira proferido a declaração de fim das hostilidades em nome de ambos.

UE

Conselho informal

DIVERGÊNCIAS NA POLÍTICA COMUM DE APOIO A REFUGIADOS DE GUERRA

O s ministros do Interior e da Justiça da União Europeia mantiveram as suas divergências quanto à adopção de um política comum de apoio aos refugiados de guerra.

No conselho informal em Berlim, Espanha, França e Portugal opuseram-se a uma proposta da presidência alemã para repartir entre os quinze Estados membros os encargos com o acolhimento temporário destes refugiados, ou para estabelecer quotas de acolhimento para cada país.

Os mesmos países também ainda não ratificaram o protocolo de imunidade para os agentes da Europol, essencial para a entrada em funcionamento desta unidade policial a nível comunitário.

O ministro alemão do Interior, Otto Schily, admitiu que a reunião serviu apenas para «um melhor esclarecimento de posições», porque as opiniões dos diversos Estados quanto à forma de resolver a questão dos refugiados de guerra continuam a ser «diferentes ou mesmo muito diferentes».

Schily disse ainda que não tinha ilusões de conseguir um acordo nesta matéria a nível europeu antes de terminar a presidência alemã, até fins de Junho.

Em sua opinião, «já seria bom» haver uma solução no Conselho Europeu Extraordinário de Tampere, em Outubro, durante a presidência finlandesa, que analisará a aplicação do plano de criação de um espaço de liberdade, segurança e justiça na União Europeia.

Com o apoio dos países escandinavos e da Holanda, a Alemanha, a Itália e a Áustria, que acolheram nos últimos anos muitos refugiados da ex-Jugoslávia, pretendem fazer

uma adenda à Convenção de Genebra, que data de 1951, para a adaptar à situação actual, marcada por crises que provocam grandes fluxos migratórios.

Até agora, os Estados europeus enfrentaram os problemas da imigração no âmbito nacional, mas o Tratado de Amesterdão prevê que haja «uma aproximação comum».

O Tratado transfere para a UE competências dos Estados em matéria de controlo fronteiriço, vistos, asilo político, imigração e refugiados.

Os ministros do Interior e da Justiça da União Europeia abordaram também a questão da entrada em funcionamento da Europol, que depende da ratificação por todos os países do protocolo de imunidade para os polícias desta unidade.

Hoologanismo

Schily mostrou-se optimista, afirmando que a Europol poderá entrar em funcionamento ainda durante a presidência alemã, até Junho, e apelou aos países que ainda não aprovaram o protocolo de imunidade para acelerarem este processo.

A ministra alemã da Justiça, Hertha Däubler-Gmelin, advogou na conferência um melhor combate contra o tráfico de mulheres a nível europeu, dizendo que há «relatórios abaladores» sobre raptos de mulheres no Leste europeu e na Ásia para as obrigar a praticar a prostituição na Europa ocidental.

O combate ao *hoologanismo*, associado a alguns grandes acontecimentos desportivos e à criminalidade ambiental, foram outros temas abordados neste conselho informal.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Kosovo

SEIXAS DA COSTA REPRESENTA PORTUGAL

O secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa, representou o Governo português, no dia 14, na reunião extraordinária, convocada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, sobre a questão do Kosovo, que decorreu em Paris.

Recorde-se que há cerca de uma semana que estão reunidos, numa iniciativa franco-britânica, representantes do Governo jugoslavo e das facções albanesas do Kosovo.

Na reunião extraordinária realizada na Cidade-Luz, os ministros da União Europeia apreciaram os resultados obtidos no processo negociado em curso.

Houve ainda lugar para uma reunião do «grupo de contacto» para a ex-Jugoslávia (constituído pelos EUA, Rússia, França, Alemanha, Reino Unido e Itália).

Adesão da Polónia à UE

Entretanto, o secretário de Estado polaco Jan Kulakowski, responsável pelas negociações de adesão do seu país à União Europeia esteve em Lisboa, no passado dia 15, a convite de Seixas da Costa.

Durante os contactos que tiveram lugar no Palácio da Cova da Moura, os responsáveis dos dois países abordaram o estado actual do processo de alargamento da União Europeia, nomeadamente na perspectiva da evolução do assunto durante a Presidência portuguesa na UE em 2000.

Da agenda de trabalhos constou ainda uma troca de informações sobre as negociações da Agenda 2000, a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e a participação de Portugal no processo de preparação dos países candidatos.

J. C. C. B.

CONSUMIDORES DE TODO O MUNDO UNI-VOS

O primeiro-ministro considerou no dia 11 que existe um «défice democrático» na União Europeia relacionado com a ausência de uma opinião pública organizada, o que justifica o recrudescer de egoísmos nacionais.

António Guterres, que falava na sessão de abertura do seminário internacional sobre direitos do consumidor integrado nas comemorações dos 25 anos da DECO, ressaltou não desejar lançar o slogan «consumidores de todos os países do Mundo uni-vos», mas defendeu que numa economia global é necessário criar mecanismos de regulação à escala global. Existem, contudo, a nível europeu «forças empenhadas em que não haja nenhuma regulação a nível global».

Lembrando ter sido um dos fundadores a DECO, de cuja primeira direcção foi vice-presidente e de que actualmente é o sócio número um, Guterres considerou que, apesar disso, pode com objectividade dizer que a associação desempenhou ao longo dos anos um enorme papel na defesa dos consumidores portugueses.

Lembrando o tempo em que o consumidor estava totalmente desprotegido e em que o poder residia sempre na produção e na distribuição, Guterres adiantou que hoje «cada vez mais o consumidor como cidadão tem um papel decisivo para garantir a protecção da saúde, dos direitos e dos interesses de todos».

Isto «porque nos confrontamos, quer com o mercado quer com os serviços públicos quer com todo um conjunto de bens a que as pessoas têm que ter acesso, mas em que importa assegurar que o têm nas melhores condições possíveis».

Por sua vez, Emma Bonino, comissária europeia para a área da defesa do consumidor, também oradora na sessão de abertura do seminário, afirmou que «Portugal é provavelmente o único país no Mundo onde os assuntos da defesa do consumidor estão colocados a um tão alto nível institucional».

A comissária referia-se ao facto de estas matérias estarem directamente dependentes do primeiro-ministro através do ministro-Adjunto José Sócrates, sublinhando que tem aconselhado os países candidatos à UE a criarem organismos semelhantes ao Instituto do Consumidor, que existe em Portugal desde 1981.

Bobibo associou-se às comemorações dos 25 anos da DECO, «um aniversário simbólico pois são as bodas de prata, e neste caso ainda mais simbólico pois coincide com as bodas de prata da Revolução dos Cravos, que trouxe a democracia de volta a Portugal e abriu as portas a uma nova era para esta País».

Emma Bonino lembrou também que o Governo português está empenhado em rever e codificar toda a sua legislação sobre a defesa do consumidor e que, no dia em que o novo código estiver con-



cluído, Portugal será «o primeiro país na Europa a concretizar tal objectivo».

O Sabor do Saber

Na sua intervenção, a comissária confirmou ainda a próxima abertura em Lisboa de um «Euroguichet» para substituir o de Guimarães, fechado em 1997, e também o apoio à Campanha de Segurança Alimentar da DECO intitulada «O Sabor do Saber».

Manuel Ataíde Ferreira, presidente da DECO, sublinhou que a associação sempre conseguiu manter «um carácter interclassista, independente dos partidos políticos, das organizações religiosas, patronais ou sindicais e um cunho reformista, lançando sempre pontes de diálogo».

«Que me recorde, mesmo na fase de festa da Revolução de Abril, fomos parcos na prática dos rituais que as circunstâncias impunham e eram pedagogicamente necessários», lembrou.

«Fizemos uma única sessão de esclarecimento no Pavilhão dos Desportos e lembro-me da excelente intervenção que o então vice-presidente da direcção, o actual primeiro-ministro fez», disse. Ataíde Ferreira observou ainda que «não passa um dia» sem que haja uma acção ou intervenção da DECO em defesa dos consumidores, seja em conflitos de consumo junto dos tribunais, das administrações do Estado ou dos municípios, do Parlamento ou do governo.

Intervém também junto da Procuradoria-Geral da República, Provedor de Justiça, União Europeia, organizações representativas do comércio, indústria e agricultura, e

dos próprios prestadores de serviços e comerciantes em contacto directo com os consumidores.

Lembrando o papel desempenhado pela revista «Proteste», hoje com 250 mil assinantes, o presidente da DECO destacou também as melhorias que tem havido na legislação no que concerne à defesa dos consumidores e agradeceu o apoio que a organização tem recebido da União Europeia.

Os consumidores «sabem (pouco) mobilizar-se» e muito menos «participar em movimentos associativos».

E, contudo, a publicidade move-se, transformando-os em peões que, não raras vezes, são iludidos na utopia do consumo. Foi este conjunto de ideias que reuniu à volta do segundo painel do seminário internacional «Direitos do Consumidor - Sua defesa no I Quartel do Século XXI» os sociólogos Manuel Vilaverde Cabral, Albertino Gonçalves e José Machado Pais.

A primeira intervenção coube a Manuel Vilaverde Cabral que lançou para o debate dados preocupantes sobre a participação dos portugueses nos movimentos associativos.

Essas informações tiveram por base um estudo realizado pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS), o qual revela que, em Portugal, «é ainda muito baixa a propensão para o associativismo e para o exercício da cidadania».

Segundo o estudo, esta participação é «nula» para 68 por cento dos inquiridos.

Mas o curioso é que o mesmo estudo revela que, embora reduzida, a capacidade dos mesmos portugueses para se

automobilizarem de forma a defenderem as suas causas é maior, com apenas 24 por cento a considerá-la «nula».

«Boom» do consumo

O «desfasamento» apontado faz «sofrer» as associações de defesa do consumidor, como a DECO - organizadora do seminário, no âmbito do seu 25º aniversário - que poderia receber contributos de uma população cada vez mais consciente do «boom do consumo» registado nos últimos anos. Um dos reflexos desse «boom» foi analisado por Albertino Gonçalves, que chamou ao debate a questão do confronto entre o pequeno comércio e as grandes superfícies.

Ora, para este sociólogo, o consumidor encontra nestes espaços distintos «mundos sociais que justificam a sua adesão». No caso das «capelinhas» (pequenas superfícies), o consumidor é tido como eleito, tratado pelo nome - «o princípio de todas as diferenças» -, e «tem a possibilidade de adquirir, não só as coisas que compra, como um pouco da memória da sua terra-mãe».

Pelo contrário, nos «gigantes» (grandes superfícies comerciais), o consumidor depara-se com uma «encenação utópica: a utopia da igualdade».

A esta (utopia) junta-se a da abundância. «A grande superfície está pensada para dar a ideia às pessoas de que tudo está à mão e em todo o lado», disse.

Essas possibilidades justificam, por exemplo, que as grandes superfícies sejam locais eleitos não só para a aquisição de bens, como também para a realização de verdadeiros passeios, durante os quais «o tempo é suspenso».

A «febre do consumo» foi analisada por José Machado Pais, que lembrou que «as sociedades tradicionais eram gastronómicas», gerindo-se pela ideia de «um consumo mínimo, moderado e prudente».

«Esse modelo gastronómico, no limiar do século XXI, está a dar lugar a outro: o gastronómico, que se traduz no consumo de tudo e sem regras», acrescentou.

Para José Machado Pais, «a capacidade de os consumidores se fixarem de maneira durável nos objectos externos» está a conduzir a uma «obesidade consumista». Essa «ânsia consumista está a consumir os consumidores», explicou, referindo-se aos alimentos que a população adquire como verdadeiros OCNIs: Objectos Consumíveis Não Identificados.

Não sabendo o que consome, «o consumidor desconhece quem é», o que conduz a uma «paranóia da etiquetagem», pois tenta encontrar na marca a identificação dos produtos não identificados.

José Machado Pais foi mais longe, afirmando: «Consumimos marcas que, por seu lado, marcam o consumidor». Neste processo, concluiu, «a publicidade desidentifica o consumidor para o identificar com o que quer que este seja».

ASSEGURADA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ABATE

O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Capoulas Santos, garantiu, no dia 14, durante a Feira do Fumeiro, em Vinhais, a comparticipação financeira do Governo para a execução do centro de abate que a autarquia local pretende construir.

Capoulas Santos respondia, no discurso proferido na sessão de encerramento da Feira do Fumeiro de Vinhais, à reivindicação do presidente da Câmara Municipal, José Carlos Taveira, que nos últimos tempos se tem insurgido contra «os atrasos do IFADAP no processo de análise da candidatura financeira do projecto».

O autarca disse a Capoulas Santos que «não gostaria de ver o concelho de Vinhais contemplado com a tolerância zero em termos de ajudas do Governo, mas sim com a tolerância máxima», frisando que «os vinhaenses acreditaram na nova maioria ao eleger o PS para um segundo mandato à frente da autarquia».

O ministro da Agricultura respondeu afirmativamente à reivindicação do autarca, garantindo que «o centro de abate de Vinhais será participado financeiramente pelo IFADAP».

Capoulas Santos explicou que «no final do mês vai proceder-se a uma reprogramação do PAMAF, transferindo verbas das medidas do programa onde se verifica uma fraca adesão as candidaturas para outras onde o número de projectos é muito superior».

Segundo disse, «a medida cinco do PAMAF, que apoia projectos do género do centro de abate, foi aquela onde se verificou o maior número de candidaturas, exceden-



do a dotação financeira prevista, enquanto outras, como a medida de apoio à floresta, registou uma fraca adesão».

«Com esta reprogramação, o centro de abate de Vinhais tem assegurada a comparticipação financeira necessária para a sua construção», garantiu.

Apesar de garantir que «o projecto de Bragança terá o mesmo tratamento que todos os outros», Capoulas Santos frisou que «o centro de abate de Vinhais tem outras características, visando complementar uma actividade com grande peso económico no concelho».

«Em Vinhais esta a ser feito um excelente trabalho, nomeadamente no que se refere a defesa e implementação do porco da raça bisara, numa altura em que a suinicultura atravessa uma grave crise ao nível europeu», exemplificou.

O governante comentou também o recen-

te desafio lançado ao Executivo por técnicos da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que defendem um trabalho articulado com os pastores para combater o flagelo dos incêndios florestais.

O ministro da Agricultura, que, juntamente com os Ministérios do Ambiente e da Administração Interna, tutela esta área, considerou que «se trata de uma questão que deve ser trabalhada», afirmando ser «possível regulamentar esta actividade».

«Tudo quanto sirva para minimizar o problema dos incêndios florestais é positivo», sublinhou.

Eradicação da BSE: Estado gasta 13 milhões de contos

O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Capoulas Santos, anunciou, no passado dia 8, em Santarém, que o Governo socialista investirá, em 1999, cerca de 13 milhões de contos num plano de erradicação da Encefalopatia Espongiforme dos Bovinos (BSE), uma patologia que em Portugal ficou conhecida com o nome de doença das «vacas loucas».

Todavia, o Governo prevê que no futuro o valor desta verba passe para a casa dos dez milhões de contos.

O secretário de Estado da Modernização Agrícola e Qualidade Alimentar, Luís Vieira, foi outras das personalidades que marcou presença nesta visita-surpresa, cujo objectivo era o de, segundo as palavras do ministro, «detectar possíveis falhas» no abate e transformação da carne bovina infectada pelo vírus da BSE, de forma a que o processo «possa ser melhorado».

Em causa está o facto de alguns matadouros portugueses, entre os quais o de Mafra, não possuírem uma balança de pesagem para camiões, o que implica que muitos deles «não sejam pesados à partida», uma exigência que decorre da lei.

Apesar de se ter mostrado preocupado com este incumprimento da lei, Capoulas Santos afirmou que os subprodutos são «devidamente controlados», dado que «adiantou - «o selo impresso no camião é por si uma garantia».

No entanto, o governante considerou que «a pesagem é uma medida de reforço necessária» e que o Executivo «vai estar atento a essa situação», fazendo cumprir a lei.

Na fábrica da Sebol, os subprodutos são esterilizados e transformados em farinha, sendo esta posteriormente vendida ao Ministério da Agricultura que ordena (e paga) a sua incineração.

Em todo este processo, que o secretário da Comissão de Acompanhamento da BSE, Carlos Fontes, considerou estar a «correr muito bem», o Estado estima gastar por ano cerca de dez milhões de contos, menos três milhões que em 1999, dado que «este ano teremos de pagar o stock da farinha que está em armazém e não pode ser comercializada pelos produtores».

«Portugal adoptou as regras exigidas pela Comissão Europeia e tem feito um trabalho tremendo», afirmou Carlos Fontes aos jornalistas no decorrer da visita.

Quem também estava satisfeito com os resultados da visita era o ministro Capoulas Santos que a considerou «útil para servir de base ao relatório que a Comissão de Acompanhamento da BSE terá de enviar até dia 18 à Comissão Europeia».

FUTURO DO MILHO NÃO SERÁ HIPOTECADO

O secretário de Estado da Modernização Agrícola, Luís Vieira, classificou, no dia 11, em Ferreira do Alentejo, a cultura do milho como «um caso exemplar de sucesso em Portugal», cujo futuro o Governo «não quer hipotecar» nas negociações da nova Política Agrícola Comum (PAC). Luís Vieira falou aos jornalistas após presidir à sessão de abertura do colóquio «O Futuro da Rentabilidade na Cultura do Milho», organizado pela Associação Nacional dos Produtores de Milho e Sorgo (ANPROMIS), que contou com a presença de cerca de 450 participantes.

«A cultura do milho é um caso exemplar de modernização agrícola, merecendo especial atenção dos responsáveis políticos», declarou o governante, perante uma plateia constituída por produtores nacionais que se revelou preocupada

com o futuro das suas explorações, caso entre em vigor a reforma da PAC, cujas negociações já entraram na recta final. Para dissipar dúvidas e acalmar os agricultores, o secretário de Estado salientou o «acentuado crescimento desta cultura (milho) no último decénio», não obstante ter diminuído a superfície de base entre 1997 e 1998.

«O milho é claramente uma cultura que entende os tempos que correm e nos últimos anos assistiu-se a um aumento de produção e de produtividade, fruto da introdução de inovações tecnológicas e de apoios directos atribuídos no âmbito da reforma da PAC de 92», disse.

Sublinhando estar sensível às preocupações dos produtores quanto ao futuro, que temem que o seu esforço de investimento seja contrariado por restrições político-institucionais, como as envolvidas

nas negociações da PAC, Luís Vieira garantiu o «total apoio do Governo nesta matéria».

«Não existem *dossiers* encerrados e nesta recta final serão salvaguardados os interesses nacionais mais importantes, estando o Governo empenhado em não hipotecar o futuro desta cultura», afirmou, acrescentando que «esta salvaguarda é um imperativo político dos negociadores portugueses da nova PAC».

Em alternativa às propostas apresentadas pela Comissão, Reino Unido e França, referentes à regressividade ou mesmo anulamento progressivo das ajudas co-financiadas, o governante revelou que Portugal elaborou «um documento alternativo para defender as regiões que até ao momento receberam menos apoios». «Consideramos que se a realização das poupanças for feita através das regiões e

das co-agriculturas mais bem dotadas e mais competitivas será possível fazer um reequilíbrio destas mesmas poupanças para as regiões de mais baixos rendimentos e ao mesmo tempo contemplar os produtores de menor dimensão», frisou.

A proposta, que será discutida na próxima semana, prevê «uma discriminação positiva para as regiões de mais baixo rendimento e agricultores de pequena dimensão, como é o caso português», disse.

Nas negociações da PAC, segundo Luís Vieira, o Executivo socialista reclamou ainda a manutenção da área de base e dos rendimentos separados para o milho, o aumento da área irrigada, «para acabar com as penalizações que têm sido aplicadas a Portugal pela ultrapassagem das quantidades anuais acordadas», e, ainda, do rendimento histórico do País.

MAIS DE 44 MIL CONSTRUTORES FOGEM AO FISCO

Mais de 44 mil empresários da construção e obras públicas estão a fugir ao pagamento de impostos, declarando uma facturação inferior a dois mil contos por ano. É a fuga quase total. Um verdadeiro escândalo a que urge pôr fim em nome da mais elementar justiça.

O Governo está atento a esta fuga e ameaça apertar o controlo e recorrer aos métodos indiciários.

O aviso foi feito pelo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Carlos Santos, no dia 10, no IV Encontro dos Promotores/Construtores da área de Lisboa.

Nas estatísticas fiscais, mais de 44 mil construtores estão catalogados como «isentos de IVA» por declararem por ano, pasme-se, uma facturação abaixo dos dois mil contos, o que dá uma média mensal de 143 contos.

Para Carlos Santos, esta situação «configura concorrência desleal, face a empreiteiros que pagam impostos».

O governante adiantou que a fiscalização «estará atenta» aos construtores que con-



seguem apresentar declarações ao fisco abaixo dos dois mil contos anuais.

Entretanto, o fisco poderá recorrer aos métodos indirectos, já previstos na legislação actual.

Duplas e triplas contabilidades

«Toda a gente sabe que existem duplas e triplas contabilidades», afirma Carlos Santos, que já no ano passado tentou avançar

com legislação que visava eliminar ou reduzir drasticamente o regime «isentos de IVA».

Dos 44 mil empresários da construção civil acusados por Carlos Santos de fuga ao fisco, alguns milhares fogem também ao IRS e em alguns casos ao IRC, o imposto sobre os lucros das empresas. Uma situação insustentável.

Universidade Moderna não paga IVA

Entretanto, a fuga ao fisco, uma das mais terríveis heranças do cavaquismo, como toda a opinião pública sabe, abrange praticamente todos os sectores da actividade económica.

Assim, por exemplo, segundo relata o «Diário de Notícias» de 11 de Fevereiro, a cooperativa Dinensino, proprietária da Universidade Moderna, não paga ao Estado o IVA desde 1996. Mas, pasme-se, em 1996 e 1997 não se coibiu de gastar a bonita soma de 230 mil contos na aquisição de automóveis topo de gama. **J. C. CASTELO BRANCO**

ESTAR PRESENTE E SER PERSISTENTE

O desenvolvimento de uma diplomacia económica entre Portugal e a China «pode permitir a aceleração de processos de investimento português nesse país», defendeu, no dia 12, no Porto, o ministro da Economia, Pina Moura.

Numa sessão promovida pela Associação Industrial Portuense (AIPortuense) para apresentar o projecto «República Popular da China - O Desafio do Gigante Asiático», Pina Moura salientou que «se há uma grande interacção e influência do poder político no investimento na China, é evidente que há uma diplomacia económica que Portugal deve fazer com o governo chinês, quer no plano bilateral, quer enquanto membro da União Europeia».

O governante sublinhou também a necessidade de estabelecer negócios-âncora na China, «o que até agora tem sido uma carência da nossa política económica de internacionalização no mercado chinês», notou.

Nesse sentido, Pina Moura aludiu à importância de apostar no sector eléctrico, anunciando a visita de uma delegação da EDP ao território chinês antes do final do primeiro semestre deste ano.

Na opinião do ministro, a abordagem do mercado chinês passa por «estarmos presentes, sermos persistentes e termos paciência», uma vez que «não se pode ter a



expectativa de resultados imediatos, pois as decisões são muito arrastadas e passam por muitas instâncias».

À margem da sessão, em declarações aos jornalistas, Pina Moura afirmou, em relação ao recente derrame na refinaria da Petrogal

em Leça do Balio, ter já lido o primeiro relatório enviado pela administração da empresa, e assegurou que iria enviar o documento à ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, e ao presidente da Câmara de Matosinhos, Narciso Miranda, «para que

avaliem se a situação está ou não esclarecida».

Os serviços do Ministério da Economia vão também «avaliar as condições de licenciamento para a utilização de determinadas estruturas, como os *pipelines*, e se estão reunidas as condições de segurança que a empresa descreve», acrescentou. Pina Moura anunciou que irá efectuar brevemente uma reunião com os serviços do seu ministério, do Ministério do Ambiente, da Petrogal e da Câmara Municipal de Matosinhos, «para definir a melhor acção a tomar, seja a confirmação das medidas que a empresa propõe, seja o do reforço dessas medidas».

Relativamente ao Sistema de Incentivos à Revitalização e Modernização Empresarial (SIRME), Pina Moura considerou que «o sistema existe e está em movimento», tendo sido já viabilizadas 18 empresas através do programa e estando mais de 30 processos em avaliação.

«É um sistema que lida com empresas em situação económica difícil, e portanto há sempre algum arrastamento na montagem dos processos, mas creio que ao fim de oito ou nove meses após o início da sua operacionalização e constituição dos fundos, está em velocidade de cruzeiro, que não é espectacularmente rápida dada a natureza dos processos», concluiu Pina Moura.

HABITAÇÃO

Recuperação de casa própria

GOVERNO APOIA FAMÍLIAS CARENCIADAS

O Executivo socialista atribuiu uma dotação de 1,9 milhões de contos ao Instituto Nacional de Habitação (INH), válida para 1999, com o objectivo de apoiar as famílias em situação de carência financeira que pretendam fazer obras em casas próprias degradadas.

O apoio do Governo será feito através do INH, que concederá os apoios, e resulta do Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação (SOLARH), que foi apresentado publicamente, no dia 12, em Lisboa, pela secretária de Estado da Habitação e Comunicações, Leonor Coutinho. «Este programa destina-se a acorrer à situação dos portugueses que, apesar das facilidades do novo regime de crédito à habitação, não estão em condições de recorrer ao crédito bancário, devido aos seus baixos rendimentos», salientou a governante, que falava na conferência de imprensa de apresentação do SOLARH.

Nos termos do programa, as famílias com rendimentos mensais muito baixos e que queiram efectuar obras de reparação em casa própria degradada podem aceder a uma linha de crédito, que prevê um empréstimo até 2 000 contos, reembolsável a 20



anos e sem juros. «Não quisemos inflacionar os apoios a este tipo de pessoas já que, segundo cálculos médios das ajudas dadas no âmbito de programas como o RECRUA, dois mil contos é o valor das obras feitas em Lisboa neste âmbito», reagiu Leonor Coutinho ao ser questionada sobre se o montante do apoio não seria muito baixo. A amortização de um empréstimo de dois mil contos sem juros e num prazo de 20 anos pode ser feita em prestações mensais que

pouco ultrapassam os oito mil escudos, o que, segundo a secretária de Estado, leva a que «ninguém fique demasiado onerado, a ponto de não poder pagar as prestações do empréstimo, nem pague mais do que teria que desembolsar se fosse realojado em bairros sociais».

Leonor Coutinho realçou ainda que, com esta iniciativa, muitas situações de idosos espalhados pelo País poderão ser resolvidas, além do incremento que este tipo de obras poderá significar para as pequenas

empresas de construção, que ganham um novo nicho de mercado.

O *dossier* e o suporte informático do SOLARH começaram na passada sexta-feira a ser enviados às autarquias, entidades que farão uma primeira avaliação das necessidades de obras nas casas dos candidatos e depois enviarão o processo ao INH, que decidirá sobre a concessão do empréstimo.

«Além disso, as autarquias terão que acompanhar as obras que, no caso de prédios em propriedade horizontal, serão prioritariamente apoiados nas que beneficiem as partes comuns e, em alguns casos, poderão mesmo colaborar nas feitura do orçamento das obras», concluiu Leonor Coutinho.

O diploma que criou o SOLARH, o decreto-lei 7/99, já foi publicado em «Diário da República» a 8 de Janeiro passado, e constitui, conforme afirmou na semana passada a secretária de Estado, «o primeiro de vários diplomas que o Governo pretende aplicar no âmbito da habitação, quer em relação a casas próprias, quer arrendadas, em que se pretende apoiar as pessoas verdadeiramente carenciadas e melhorar a habitação».

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Recuperação de casa própria

OBRA LARANJA: UMA HERANÇA FANTASMA

O ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, inaugurou, no dia 13, em Seia, o novo posto da GNR local e assinou protocolos para novas infra-estruturas a construir no concelho no valor de 350 mil contos.

O governante, acompanhado pelo ministro da Economia, Pina Moura, lembrou que quando o actual Governo iniciou a sua actividade «não tinha o que quer que fosse para inaugurar, porque não havia investimentos na área da segurança».

«De vez em quando ouço, e doem-me os ouvidos, dizer que grande parte daquilo que se esta a inaugurar são obras que começaram noutras épocas», expressou o ministro, recordando que o posto inaugurado no sábado passado começou a ser edificado no início de 1997.

Jorge Coelho definiu como uma das principais prioridades do Executivo socialista «tudo fazer para a tranquilidade e a segurança dos cidadãos» e realçou a actividade das forças de segurança, PSP e GNR, na acção «Escola Segura» que a nível nacional envolve mais de 330 viaturas e 1 500 agentes.

Salientou também que a partir deste ano, «de forma mais global e organizada» foi lançada uma campanha de informação na Serra da Estrela com participação da GNR e bombeiros da região, que visa «dar melhores condições a todos aqueles que vierem à serra da Estrela o possam fazer em



melhores condições de segurança» sendo fornecidas indicações sobre trânsito e informações úteis.

Segundo referiu, os bombeiros têm aqui um papel determinante no âmbito desta iniciativa que começou em 21 de Dezembro do ano passado.

Jorge Coelho referiu ainda que a GNR tem um «carácter de policiamento ligado às comunidades e às pessoas», mas advertiu que «quando há pessoas que querem fugir do cumprimento da lei, temos a obrigação de utilizar a força para repor a lei». O quartel da GNR recentemente inaugurado corresponde ao investimento de 120 mil contos, localiza-se na zona escolar do Crestelo-Seia em terrenos disponibilizados

pelo município.

Os protocolos assinados em Seia visam a construção de um posto da GNR em Paranhos da Beira e de um quartel para os Bombeiros Voluntários de Loriga.

Guterres em «mais um dia revelador»

E, como a segurança é uma das prioridades apontadas para o Executivo socialista na sua segunda e próxima legislatura, o trabalho de preparação está a ser apresentado por todo o País.

Assim, mais a norte, no distrito de Bragança, mais especificamente em Vinhais, o primeiro-ministro, António Guterres, inaugurou o novo quartel da GNR, considerando tratar-se de «mais um dia bem revelador do investimento que o Governo está a fazer na segurança dos portugueses».

O quartel, orçado em 100 mil contos, vai albergar os 25 efectivos da corporação da GNR de Vinhais.

Guterres recordou que se encontram em curso 113 obras deste género em todo o País, das quais 40 ficam prontas antes do final de 1999.

O chefe do Executivo socialista afirmou que estes investimentos pretendem proporcionar boas condições de trabalho aos elementos das forças de segurança e recorreu também o reforço de mais 8 500 guar-

das da GNR e PSP durante a actual legislatura.

O presidente da Câmara de Vinhais, José Carlos Taveira, aproveitou a ocasião para pedir um reforço do quadro de efectivos da GNR local, bem como agentes especializados na área da investigação, tendo em conta a situação geográfica fronteiriça do concelho e a dispersão das cem aldeias da zona.

Nesta deslocação a Vinhais, o primeiro-ministro inaugurou também o Parque Municipal de Exposições, que integra o pavilhão onde decorreu a tradicional Feira do Fumeiro.

À sua chegada, o governante foi recebido por uma multidão de várias centenas de pessoas que fez questão de cumprimentar uma a uma.

«Peco desculpa se não cumprimentei toda a gente. Um abraço para todos», referiu pouco depois ao microfone do palanque, de onde se dirigiu à multidão.

No concelho menos desenvolvido do nordeste transmontano, o primeiro-ministro foi confrontado com a sua promessa de repor Bragança no mapa, feita em 1995 aquando do «Governo em Diálogo» no distrito.

António Guterres considerou que «um investimento de 1,8 milhões de contos só na área da Administração Interna é um exemplo do esforço financeiro que o Governo tem feito nesse sentido».



Albufeira

Expressão musical para alunos do 1º ciclo

No presente ano lectivo as escolas do 1º ciclo do concelho de Albufeira vão participar no projecto «Expressão e educação musical no 1º ciclo do ensino básico».

A iniciativa insere-se no âmbito de um protocolo a celebrar com a Direcção Regional de Educação do Algarve, em parceria com a Câmara Municipal de Albufeira e outras entidades.

O protocolo tem por objectivo proporcionar a todos os alunos das escolas do referido nível de ensino um conjunto de actividades na área de expressão musical que irão possibilitar uma melhor interpretação do mundo e desenvolver as formas de expressão e criatividade.

De forma a viabilizar o projecto, a Câmara Municipal de Albufeira disponibilizou uma verba no valor de 600 contos.

Cascais

Comemorações do 25 de Abril começam em Março

Cascais vai começar a comemorar os 25 anos da revolução de Abril em Março, com concertos, debates e exposições, lembrando a intervenção da vila e dos municípios do concelho no «primeiro dia da nossa modernidade».



O vereador da cultura da Câmara de Cascais, José Jorge Letria, revelou no dia 11, em conferência de Imprensa, o lançamento de um concurso para a construção de um monumento ao 25 de Abril.

O programa das comemorações abre no dia 5 de Março com um espectáculo no Teatro Gil Vicente, evocando 25 canções significativas de antes e depois de 1974. Durante quase dois meses, vão suceder-se debates e exposições, entre as quais os *cartoons* de João Ábel Manta, capas de discos e a memória de Zeca Afonso.

Paralelamente, vão decorrer recitais itinerantes de poesia e conferências com os militares de Abril nas escolas do concelho.

Na noite de 24 para 25 de Abril, a Parede acolherá um novo espectáculo, com a par-

ticipação dos cantores Manuel Freire e Carlos Alberto Moniz.

No dia 25, bandas militares e civis vão percorrer o concelho.

A autarquia pretende que as comemorações sejam «populares e participadas», estendendo-se principalmente aos jovens. Sem esta « projecção para o futuro», o 25 de Abril arrisca-se a ser uma «efeméride passiva», afirma José Jorge Letria.

«A partir deste ano tem que se falar em Cascais» nas comemorações de Abril, disse o vereador, destacando a reunião de oficiais em Novembro de 73, na Colónia Balnear de O Século, em São Pedro do Estoril, preparando a revolução.

A autarquia vai descerrar uma placa comemorativa desta reunião e condecorar os militares residentes em Cascais que nela tomaram parte.

As comemorações contam com o apoio da Associação 25 de Abril, da qual faz parte o major Sanches Osório, residente em Cascais.

O militar lembrou a tradição liberal e democrática em Portugal, simbolizada pela conquista de Lisboa em 24 de Julho de 1834.

Hoje, o 24 de Julho só é conhecido pela avenida que acolhe as discotecas, ironizou Sanches Osório, mas é um antecedente dos ideais de Abril.

Letria salientou a necessidade de mostrar à sociedade «mercantilista e individualista» o espírito de fraternidade dos militares que «tomaram o poder para o devolver aos civis», algo que «não tem paralelo na história contemporânea».

«A liberdade é um processo em aberto, não está adquirida», concluiu.

Fafe

Protocolo com o Grupo Nun'Álvares

O Executivo da Câmara de Fafe deliberou recentemente aprovar um protocolo de acordo a celebrar entre a edilidade e o Grupo Cultural e Recreativo Nun'Álvares, para a realização de actividades culturais.



Nos termos do acordo, o Grupo compromete-se a ceder à autarquia o auditório com capacidade para 255 pessoas, três dias por semana.

Em contrapartida, a autarquia compromete-se a ceder à colectividade, a título de sub-

sídio anual e durante seis anos, uma verba de mil contos, num total de seis mil contos.

Faro

Libertar a ria Formosa da poluição

Faro vai dar um passo decisivo para libertar a ria Formosa da poluição causada pelos efluentes domésticos, com a entrada em funcionamento do Sistema Interceptor de Esgotos de Faro.

Este novo Sistema Interceptor, constituído por seis estações elevatórias e por milhares de metros de condutas, vai permitir que os efluentes domésticos, originados por uma população calculada em 70 mil pessoas, sejam drenados para a ETAR-Nascente, onde serão tratados.

O socialista Luís Coelho, presidente da Câmara de Faro, manifestou a sua enorme satisfação pela entrada em funcionamento do novo Sistema Interceptor, afirmando que «foi realizado, nos últimos anos, um vastíssimo conjunto de obras que, aos custos actuais, importou em mais de milhão e meio de contos, com o objectivo de preservar e recuperar o nosso mais delicado santuário da natureza, a ria Formosa, e de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos».

Bolsas de estudo

A Câmara Municipal de Faro está a atribuir bolsas de estudo relativas ao ano lectivo em curso, no montante global de 5 500 contos. São 15 os alunos beneficiados por esta iniciativa de largo alcance social da autarquia, sendo três alunos do ensino secundário, nove do superior e um do Conservatório Regional de Música.

Para este ano, e porque a educação é uma prioridade, a despesa global da autarquia com a educação rondará este ano os 250 mil contos.

Ferreira do Alentejo

Praia Fluvial

Do plano de actividades da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo para este ano, a Praia Fluvial da albufeira de Odivelas ocupa um lugar de destaque.



Assim, a Praia Fluvial será outra realidade nova que será disponibilizada à população do interior do concelho, na Primavera de 1999.

Mais um espaço de lazer para a população proporcionado pelo dinamismo do Executivo municipal, presidido pelo socialista Luís Ameixa, um autarca que é já a grande imagem de marca do PS no Alentejo, fruto do trabalho honesto e dedicado que vem desenvolvendo em prol das populações. Um exemplo.

Entretanto, a criação da empresa municipal de mobiliário típico avançará já ao abrigo da nova legislação.

Torres Vedras

Presidente visita freguesias

Com início este mês, o presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras vai efectuar um conjunto de visitas periódicas pelas freguesias.

Nestas visitas de trabalho o presidente da autarquia contactará directamente com a população, reunirá com os executivos das juntas, e ainda verificará «in loco» o extenso conjunto de obras que o município desenvolve em todo o concelho.

Vila Real de S. António

Futura biblioteca municipal

O presidente da Câmara Municipal de Vila Real de S. António, António Murta, anunciou recentemente estar já a decorrer junto do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas a candidatura para a construção da futura biblioteca municipal, a construir de raiz na cidade.



O presidente da edilidade falava na sessão de inauguração do Centro de Documentação e Informação, que a autarquia acaba de instalar na antiga cantina da Escola D. José I, próximo do polo da Universidade do Algarve.

O Centro de Documentação e Informação dispõe de sala de acesso à Internet, videoteca e duas salas de leitura, onde se destaca um espaço de leitura dedicado aos mais novos.

UNIÃO EUROPEIA

ANJOS

PS contra «jogos florais»

O Executivo da Junta de Freguesia dos Anjos (PS/PCP) está a fazer um excelente trabalho, mas uma surpresa estava reservada à coligação de esquerda na Assembleia de Freguesia do passado dia 25 de Janeiro, destinada à discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento para 1999.

Segundo relata o nosso camarada Coelho da Fonseca, vogal da Assembleia de Freguesia, a abrir a discussão o PCP, pela voz de um dos seus vogais da Assembleia, fez uma intervenção lida, pondo em causa todo o conteúdo do Plano e Orçamento, rejeitando-o e declarando que iria votar contra.

Para os autarcas do PS, foram «jogos florais entre o PSD e o PCP», ficando demonstrado que o PCP estava a pôr em causa, com o sentido de voto anunciado, os seus próprios elementos do Executivo, uma vez que o Plano e Orçamento em causa haviam sido aprovados por unanimidade no Executivo da Junta.

De salientar que uma das vogais do Executivo contradisse-se numa intervenção, o que levou os autarcas do PS a declararem que se sentiam «traídos».

LAGOS

Boletim «Encontro»

Chama-se «Encontro» e é um dos melhores boletins informativos das estruturas do PS.

Órgão de informação da Secção do PS/Lagos, saiu recentemente o n.º 2, referente a Janeiro.

Excelente aspecto gráfico, abundante informação sobre temas da actualidade, nomeadamente a acção dos autarcas PS na Câmara de Lagos, fazem de «Encontro» uma publicação imprescindível para todos os militantes desta estrutura do PS.

Da redacção fazem parte os camaradas Afonso Dias, Carlos Neca, José Luís Quental, Luísa Maciel e Maria José Lins, que estão de parabéns pela qualidade desta publicação.



Morreu Joaquim Correia Neto

No passado dia 24 de Janeiro faleceu o camarada Joaquim Correia Neto, um dos fundadores da Secção de Lagos do PS.

Activo, dinâmico, o camarada Joaquim Correia Neto soube ao longo dos anos impor-se como um militante de primeira água do PS, tendo participado empenhadamente em todas as batalhas que o PS/Lagos travou desde a sua fundação.

Norteando-se sempre pelos ideais da liberdade, igualdade e fraternidade, o camarada Joaquim Correia Neto deixa em todos os que tiveram o privilégio de o conhecer uma profunda saudade.

À família enlutada e à Secção de Lagos, o «Acção Socialista» apresenta as mais sentidas condolências.

LUXEMBURGO

PS reúne com José Lello

O Secretariado do PS/Luxemburgo reuniu no passado dia 24 de Janeiro com o secretário de Estado das Comunidades, José Lello.

Este encontro no Luxemburgo surgiu na sequência da presença de José Lello naquele país integrado na comitiva do Presidente da República, Jorge Sampaio.

Da agenda do encontro constou a análise da situação da comunidade portuguesa no Luxemburgo e a discussão de alguns dos problemas com os quais ela se confronta, bem como breve troca de impressões sobre a situação política nacional.

No encontro, o Secretariado da Secção do PS/Luxemburgo manifestou a José Lello o seu «apoio político sem reservas ao trabalho notável» realizado pelo Governo socialista e pelo secretário de Estado, em particular no domínio da política para as comunidades portuguesas.

Com efeito, havendo ainda muito por fazer, o PS/Luxemburgo refere, em comunicado, que este Governo «promoveu avanços importantes no reconhecimento político (através do CCP e da forma dialogante de contacto com as comunidades) e na melhoria das condições de tratamento (Consulado, acordo sobre as pensões de invalidez e brevemente a abertura da delegação do Instituto Camões) dos residentes portugueses no Luxemburgo».

SETÚBAL

Tomada de posse das Concelhias

«Somos um partido que se afirma pela força das suas estruturas e dos seus militantes e que é capaz de discutir ideias e pô-las em acção. O PS não é um partido de quadros acomodados à sombra do poder», afirmou no passado dia 8 de Janeiro o camarada Alberto Antunes, presidente da Federação do PS/Setúbal.

O camarada Alberto Antunes falava na cerimónia de tomada de posse de todas as Comissões Políticas Concelhias de Setúbal, que decorreu na sociedade recreativa Os Franceses, no Barreiro, e que contou com a presença do dirigente nacional do PS António Vitorino.

No discurso extremamente bem elaborado que proferiu perante cerca de 800 militantes, o camarada Alberto Antunes passou em revista as medidas tomadas pelo Governo do PS a nível nacional e no distrito e abordou os desafios do futuro que se colocam ao PS.

No plano nacional, o camarada Alberto Antunes destacou a entrada no euro, o lançamento do Rendimento Mínimo Garantido e a concretização da Expo-98 como exemplos paradigmáticos da acção governativa.

Relativamente ao distrito de Setúbal, o camarada Alberto Antunes lembrou que no ano passado 95 milhões de contos do PIDDAC foram canalizados para o distrito. «O segundo maior Plano de Investimento logo a seguir a Lisboa», observou.

O líder da Federação de Setúbal do PS enumerou diversos investimentos que inverteram, por completo, o quadro social e económico que o distrito vivia no ano de 95.

«Gostaria de recordar, para os menos atentos ou mais distraídos, que quando o actual Governo tomou posse, o distrito encontrava-se à beirada colapso», disse.

O actual Governo, frisou, conseguiu no distrito «estancar o desemprego que ameaçava explodir para números incomportáveis e inverter, claramente, a tendência de aumento contínuo».



Comissão Nacional elegu Secretariado Nacional e Comissão Política

A Comissão Nacional do PS, reunida no dia 12, no Hotel Altis, em Lisboa, elegu por 240 votos contra 34, a nova equipa dirigente dos socialistas para os próximos dois anos.

Além do camarada António Guterres, fazem parte do Secretariado Nacional do PS 44 elementos, entre eles 11 mulheres, e onde merece destaque a inclusão do nome da ministra da Saúde, Maria de Belém.

Os dirigentes nacionais do partido elegeram também a Comissão Política, que foi alargada de 51 para 76 elementos efectivos, a qual recebeu 268 votos favoráveis, 11 contra e quatro brancos.

Na reunião, foram confirmados os actuais directores do «Portugal Socialista» e «Acção Socialista», respectivamente, José Leitão e Fernando Sousa.

Eleito o Secretariado Nacional do PS, a primeira reunião deste órgão realizar-se-á em 17 de Fevereiro para eleger a Comissão Permanente do partido.

Por proposta do camarada António Guterres, o secretário-coordenador da Comissão Permanente continuará a ser o camarada António José Seguro, enquanto que o cargo de porta-voz do partido deverá ser entregue ao camarada António Vitorino.

Na conferência de imprensa realizada após a reunião da Comissão Nacional do PS, António José Seguro garantiu que, até ao momento, «em nenhuma reunião do partido foi abordada a questão dos candidatos socialistas para a lista do Parlamento Europeu».

Esse assunto, segundo Seguro, poderá ser objecto de análise na próxima reunião do Secretariado Nacional, sendo certamente tema de debate na primeira reunião da Comissão Política, que ainda não tem data definida.

Quanto à próxima reunião da Comissão Nacional do PS, será convocada no prazo de um mês, tendo como finalidade a discussão e votação das diversas moções sectoriais apresentadas para o XI Congresso Nacional do PS, realizado no Coliseu dos Recreios.

Evitar atitudes de triunfalismo

Após a eleição dos órgãos dirigentes do PS, o camarada António Guterres fez um breve discurso com o objectivo de alertar os militantes para a necessidade de «evitar atitudes de triunfalismo» antes das eleições europeias e legislativas.

Falou também da expectativa do PS e do Governo se depararem com uma oposição mais inflexível e dos alegados riscos de figuras do partido se envolverem «na intriga jornalística».

MÉDIA

José Medeiros Ferreira



CONGRESSOS E DISCURSO POLÍTICO

Quando me perguntam como antevi o papel dos militares no derrube da ditadura, costumou responder que através dos discursos dos generais publicados no Diário de Notícias!

Hoje, porém, seria impossível qualquer análise de conteúdo de posições políticas com base no que os órgãos de comunicação transmitem. Os critérios jornalísticos empobreceram de tal modo a apresentação de qualquer discurso articulado que estes perdem transparência com a transposição mediática. Os «directos», televisivo e radiofónico, ou a entrevista escrita são das poucas vias abertas para transmitir para o exterior o que quer que se assemelhe com um trecho de discurso. Por isso é cada vez mais frequente haver dois públicos perante um acontecimento: o que esteve presente no local e aquele que dele tomou conhecimento mediado. Esses dois públicos dificilmente se entendem sobre o que foi dado a cada um assistir. O que foi a realidade num recinto transformada noutra coisa para os outros. E muitas vezes são os outros que contam...

Por se saber que são os ausentes que contam, especializam-se produtores de mensagens ao domicílio aos mais diferentes níveis da persuasão política. Insinua-se uma imagem, uma pessoa, uma interpretação. Eu vi pessoalmente António Guterres chamar para junto de si alguns dirigentes do PS, entre os quais Manuel Alegre, e logo isso foi contado como uma dança de vaidades ou um jogo do empurra no final de

um congresso mal narrado desde o princípio.

O mais inquietante ainda é o facto de o congresso do PS ter sido mal narrado por excelentes profissionais da comunicação social. Não me apercebi de estagiários baratinhos a fazer a cobertura no Coliseu. Lembrei-me do episódio do Joaquim Letria testemunha no seu excelente e corajoso livro *A Verdade Confiscada*, em que uma repórter lhe confessava: «É triste termos de passar a nossa vida, hoje, a escrever sobre tudo o que seja política e, principalmente, a tornar tudo controverso». Ora, a generalidade do «tratamento» que é dado à política resulta numa desarticulação do pensamento e do entendimento sobre o fenómeno do poder na sociedade que só favorece os mais fortes e os mais protegidos do escrutínio da opinião pública.

Este império do «pensamento desconexo», como lhe chamou Joaquim Letria no referido livro, para além de assentar na «construção de verdades» virtuais já denunciadas por Paul Virilio, arroga-se um último e irredutível privilégio: o relato de um acontecimento ou a construção de uma imagem na comunicação social não admitem réplica. E, como assinalou Duford, não admitem réplica por factores objectivos relacionados com a detenção desses órgãos e com o efeito espectacular produzido. Daí as renúncias, os silêncios, os acomodamentos ingénuos ou cínicos. A experiência do acontecimento com o último congresso do PS no Coliseu é a esse re-

peito paradigmática.

Desde o princípio que se pretendia «construir» o congresso como anódino, no qual nada aconteceria contra a ordem social estabelecida! A persuasão ia no sentido de desvalorizar a dimensão política do evento e, quanto muito, acolher alguns episódios marginais à substância do discurso político: quem entraria nos órgãos dirigentes ou quem sairia. O anúncio que havia um grupo de deputados prontos a elaborar uma moção suplementar à do secretário-geral gerou o espanto e, depois, a pressão para que fosse considerada alternativa. Enquanto a estratégia esteve na fase de concepção, tudo se passou calibradamente e articuladamente. Quer os autores da moção quer António Guterres mantiveram sempre a inteligência da situação. A moção «Falar é preciso» foi apresentada e considerada por quem de direito como uma moção global. António Guterres elaborou dois brilhantes discursos no congresso, tendo manifestamente em conta a existência daquela moção. Não só poucos relatos acentuaram o discurso de encerramento como atacaram Manuel Alegre por «crime» de influência no primeiro! Ora Manuel Alegre não rompeu nem abdicou ao propor um discurso político que foi adoptado.

Os zeladores da «ordem social estabelecida» não prezam o debate político. Em vez de captarem a mensagem de um Coliseu cheio de delegados que se rejoiavam com o regresso aos congressos pretenderam que nada de relevante nele

se tinha passado.

E, no entanto, parte substancial do programa eleitoral e do programa do futuro governo lá foi discutido. É verdade que não houve mortos nem feridos e que a conduta racional só desperta os sentidos mais atentos, mas também é verdade que o PS saiu do Coliseu mais reforçado como partido que sustenta o Governo. A expressiva votação que a moção «Falar é preciso» recolheu assim como o entusiasmo dos aplausos que gerou não passaram para além das portas do congresso, mas impressionaram os milhares de pessoas presentes no conclave.

Não é a primeira vez que me dou conta desta disparidade entre o que assisto num local e a construção de uma versão pública do mesmo acontecimento. Essa «verdade confiscada» revolta-me sempre e anuncia a proximidade de «tempos sombrios» sem que alguém seja particularmente responsável por eles. Mas esta constatação ainda é mais inquietante por não ser possível identificar a origem do erro e tentar corrigi-lo.

O discurso político precisa de ser racional e mobilizador. Eu vi, claramente visto, um discurso político com essas características ocorrer no congresso do PS no Coliseu através de várias vozes. Duvido que seja essa a impressão do público ausente e da população em geral.

Basta porém ler o livro de Joaquim Letria *A Verdade Confiscada* para se entender melhor porque assim é.

In «Diário de Notícias»

CONGRESSO DO PS

José Nuno

MAIORIA ABSOLUTA GARANTE ESTABILIDADE COM MÁRIO SOARES NO PARLAMENTO EUROPEU

O Congresso do Partido Socialista foi um acontecimento da maior relevância na vida política portuguesa e foi acima de tudo uma demonstração bem conseguida das potencialidades do partido do governo e da enorme capacidade de organização dos seus principais dirigentes, com o jovem António José seguro a dar nas vistas. Foi sem qualquer sombra de dúvida um espectáculo mediático de primeira grandeza, que relançou o PS na cena política nacional e que demonstrou claramente que o seu secretário-geral, Eng. António Guterres, primeiro-ministro de Portugal, se encontra no auge de sua forma, deixando a perder de vista hipotéticas oposições.

Mas deixou igualmente perceber que nos bastidores nem tudo foram flores para o partido das rosas, causando alguma desilusão em militantes abnegados (tive a oportunidade falar com alguns deles) que no Congresso esperavam debater muitos dos problemas que afligem a nossa enferma sociedade. Problemas com o ambiente, com a saúde, com a toxicod dependência, segurança e crescimento das cidades, entre outras, que os militantes esperavam abordar e que em nome dos interesses imediatos do partido viram relegados para a esfera da Comissão Nacional que está longe de alcançar o valor mediático do Congresso. É no entanto aceitável que a reunião mag-

na dos socialistas, após longo interregno, não podia eternizar-se e num ano político recheado de motivos de interesse, com dois actos eleitorais à porta, era mais importante tirar partido do momento de euforia com que o partido e particularmente a sua figura principal são encarados. O saudável e por todos desejados debate interno teve que ceder o lugar ao «show-off». Por sinal sem grandes azedumes dos «prejudicados», que souberam colocar os interesses comuns acima de possíveis feiras de vaidades.

O Congresso do PS do Coliseu dos recrios teve no discurso de encerramento do secretário-geral o seu momento de glória e atingiu o rubro quando António

Guterres anunciou a candidatura de Mário Soares ao Parlamento Europeu, ao som de Vangelis. De resto a intervenção do primeiro-ministro foi uma peça de oratória brilhante, com efeito secundários bem sucedidos e que durante cerca de uma hora fez o diagnóstico dos principais problemas que atingem os portugueses – pobreza, desemprego e exclusão – e traçou as linhas das soluções para os combater.

Mostrando-se fiel ao diálogo e à tolerância Guterres elegeu a Saúde como prioridade para o próximo mandato, pedindo aos portugueses que lhe confiem uma maioria absoluta, porque a «maioria absoluta dá estabilidade e eficácia governativa».

TRABALHO

Amílcar Augusto



TENDÊNCIAS ECONÓMICAS E SOCIAIS NAS EMPRESAS

«Com razão e com o coração», esta foi a via escolhida pelo PS para orientar a sua legislatura. Foi sem dúvida uma escolha ousada e é um caminho difícil de percorrer. Cheio de imprevistos, de escolhos e de contradições. Como é possível conciliar interesses económicos com os de solidariedade social quando se está cada vez mais inserido num mercado global competitivo que hoje já é europeu mas que amanhã não tardará a ser mundial? As regras são as mesmas por todo o lado, esmagar preços e manter a todo o custo os lucros para continuar a ser competitivo, garantindo quotas de mercado, bom posicionamento nos negócios e nos «rankings» financeiros.

Para isso as medidas de curto prazo normalmente encontradas para manter os resultados, são reduzir os efectivos através das reformas antecipadas e das rescisões de contratos, congelar os aumentos salariais, as horas extraordinárias e regalias complementares, reduzir os investimentos, em particular os de investigação e desenvolvimento e com estes reduzir o trabalho de empresas prestadoras de serviços satélites, que não raras vezes vêm a sua actividade definitiva e irremediavelmente comprometida.

Estas soluções de curto prazo fazem parte das não recomendadas nos compêndios de gestão e economia. No entanto, são as soluções mais fáceis e imediatas e por isso seguidas pela maior parte das empresas. As pessoas são então tratadas como números fazendo parte de listas dos que estão em condições de ir para a pré-reforma ou rescindir contrato, sem ter em atenção o seu conhecimento, experiência e capacidades intelectuais. Apenas porque já atingiram a idade para fazerem parte do lote daqueles que poderão contribuir com essas medidas de aparente redução de custos. Os que ficam serão sobrecarregados com o trabalho dos outros e tornam-se ansiosos e avessos a riscos face à perspectiva de lhe vir a acontecer o mesmo.

Recentemente, uma das nossas maiores empresas viu-se confrontada com uma imposta e imprevista, para além do esperado, redução de preços do seu produto. Os reflexos na Bolsa foram imediatos e as suas acções atingiram os valores mais baixos. Para combater essa tendência foi anunciado nos «media» um incremento à taxa de redução dos efectivos, actualmente em curso. Surpreendentemente, não foram os excepcionais resultados previstos para o exercício de 1998, mas sim essa notícia que fez com que o valor das acções subisse de novo.

Como é então possível conciliar a razão com o coração? Ou melhor a economia com a solidariedade social?

Tenho dúvidas sobre a redução efectiva de custos através de pré-reformas desde que não antecipadas de medidas de

reestruturação e de racionalização das organizações. Nalguns casos, quando os pagamentos dos salários das pré-reformas são feitos através de Fundos de Pensões, que têm de ser reabastecidos e que também são custos, as economias obtidas limitam-se à diferença das taxas de desconto para a Segurança Social e ao não pagamento de algumas regalias complementares adquiridas por esses trabalhadores.

Tenho dúvidas sobre se esses ganhos compensam o afastamento de pessoas intelectualmente válidas que muitas vezes vêm as suas capacidades reconhecidas por empresas concorrentes, ou paradoxalmente prestadores de serviços que vêm fornecer os mesmos serviços que essas pessoas vinham prestando.

Qual será então a solução? Julgo que se encontra precisamente na racionalização, simplificação e optimização dos processos e dos procedimentos, na identificação continuada de áreas de melhoria e na sua aplicação sustentada.

O incremento da reforma dos sistemas de informação de gestão e da sua substituição por modernas tecnologias de informação originará uma mudança de cultura nas empresas que conduzirá ao alcance dos objectivos pretendidos. A identificação dos custos das melhorias previstas a realizar, à sua comparação com os custos actuais e com os tomados como referência. Este

parece-me efectivamente um caminho correcto. A partir do levantamento dessas melhorias que devem passar pela reforma de sistemas de informação de gestão corporativos e pela mudança de cultura das empresas, pela aplicação de sistemas de avaliação de desempenho das equipas de forma sustentada e objectiva, usando uma unidade de medida universal, o valor monetário dos resultados e pelo estabelecimento de regras incentivadoras da relação cliente fornecedor no seio das empresas, se conseguirão aproximar os interesses da economia com os de equidade e justiça social.

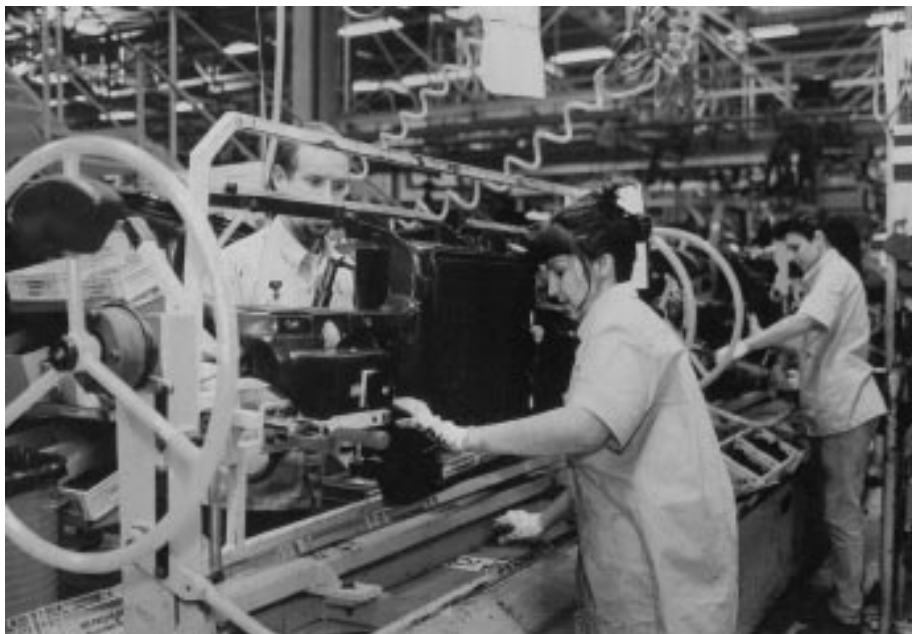
Só depois destes passos dados se poderá fazer o enquadramento das novas organizações e dar os passos que, na maioria dos casos nas nossas empresas, se começa por dar, convidar as pessoas a aceitar pré-reformas e rescisões de contrato. Mas dá-las como? Com razão e coração, tendo sempre em mente que as pessoas estão em primeiro lugar. Apenas dando a conhecer as regras estabelecidas. Haverá com certeza mais interessados dispostos a dar esse passo do que as expectativas. O convite para o dar deixa sempre as pessoas face a uma situação de desanimo, frustração e receio de serem votadas ao ostracismo, de verem a sua carreira terminar e até de lhes serem retiradas algumas regalias complementares que tenham adquirido, caso não

aceitem as condições que lhes estiverem a ser oferecidas. Dignifiquemos este acto porque as pessoas que todos nós somos o merecemos.

Como nem tudo é cor-de-rosa neste mundo em que vivemos, as novas regras impostas pelos mercados globais irão obrigar as pessoas a ter outro tipo de comportamento nas suas empresas. Um comportamento mais flexível à mobilidade e à polivalência para facilitar a mudança. As leis laborais terão de se adequar a esta nova realidade porque o que está em causa nesta guerra dos mercados globais e dos seus desafios competitivos é muitas vezes a sobrevivência das empresas e da continuidade do trabalho.

De parte a parte, não nos esquecendo nunca que as empresas valem aquilo que os seus trabalhadores valem, que sem estes também não haverá empresas. Que estas foram constituídas para cumprir uma função económica mas também e sobretudo social a de empregadora e propiciadora do bem-estar e segurança dos seus trabalhadores, com certeza que as melhores soluções serão encontradas para resolver os problemas económicos pondo sempre os interesses das pessoas em primeiro lugar.

Que seja esse o lema orientador das políticas económicas e sociais das nossas empresas e do nosso país. «Com razão e com o coração» as pessoas em primeiro lugar.



AS IMPLICAÇÕES CONSTITUCIONAIS DA UEM



Uma discussão sobre este tema só é possível devido ao sucesso inquestionável que foi a adopção da moeda única - depois de um processo de convergência seguido com rigor.

A criação da UEM, com um Banco Central Europeu independente, representa uma transformação qualitativa na UE - com a emergência de um verdadeiro poder político supranacional assumindo as competências antes pertencentes às soberanias nacionais em matéria de política monetária e cambial.

Mas a construção institucional da UEM apresenta-se desequilibrada na medida em que os poderes de direcção centralizada da política monetária são desacompanhados de autênticos poderes da UE para exercer uma coordenação efectiva das políticas económicas através de orientações gerais e de uma supervisão multilateral de carácter vinculativo. Ao mesmo tempo, revelam-se insuficientes os mecanismos da UE tendentes a assegurar a transparência e a responsabilidade democrática da acção do BCE. O alargamento acentuará ainda mais estas carências.

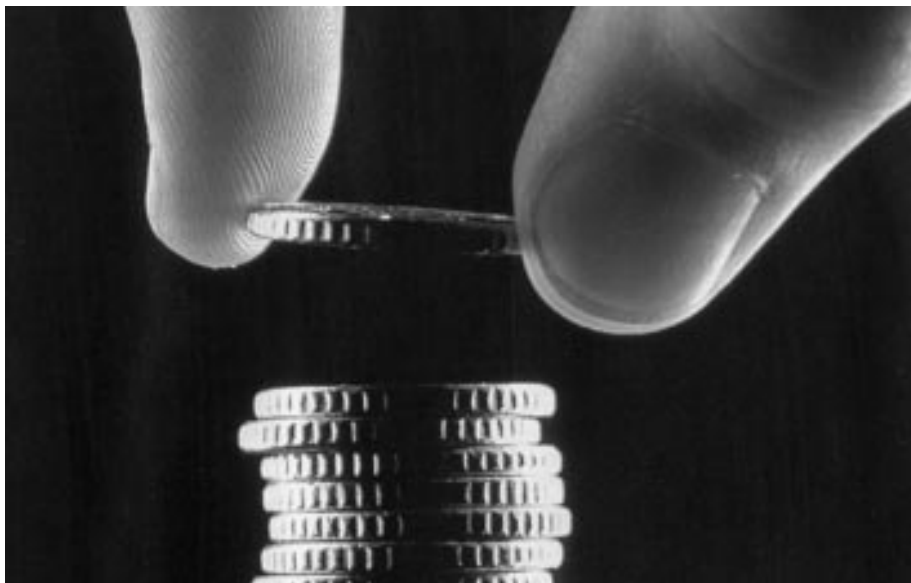
Para fazer frente a estes problemas, o Parlamento Europeu preconiza dois caminhos: - Por um lado, explorar a fundo as possibilidades oferecidas pelos Tratados em vigor, nomeadamente, através de um acordo inter-institucional já proposto pelo Parlamento relativo à condenação das políticas económicas e sociais e à fiscalização do Pacto da Estabilidade.

- Por outro lado, uma reforma dos Tratados - agora que o sucesso na passagem ao EURO eliminou o risco de que a abertura de um processo de revisão pudesse por em causa a própria UEM (argumento da «Caixa de Pandora»).

A situação actual - de uma autoridade monetária comum sem uma autoridade política correspondente - põe em evidência a insuficiente legitimidade democrática da UE e, por outro lado, repercute-se no próprio conteúdo das políticas económicas e sociais nacionais, cuja eventual dissonância com a política monetária centralizada poderá agravar os rigores desta no sentido de garantir o objectivo primordial de «manutenção da estabilidade dos preços», quando seria necessário garantir também, ao mesmo nível, o conjunto das políticas da UE e, nomeadamente, a promoção do emprego e o combate ao desemprego.

O Parlamento Europeu preconiza, assim, que a UEM seja acompanhada de possibilidades efectivas de estabelecer e garantir a nível europeu políticas económicas coordenadas susceptíveis de promover a solidariedade, a coesão económica e social e a igualdade de oportunidades entre os cidadãos de todos os Estados-membros. O que exige um quadro constitucional que, em particular, assegure:

- Uma União Económica e Social que faça



contrapeso político à União Monetária;

- Um novo «contrato social», fundamento da solidariedade entre os europeus, que deve basear-se num mínimo de harmonização social (legislação laboral, segurança social, luta contra a exclusão social, promoção do emprego);

- A representação externa da UEM que deve permitir que, a uma só voz, as instituições

da UE façam valer autonomamente a nível mundial os objectivos consagrados no Tratado, tendo em conta que o euro será a primeira divisa capaz de fazer frente à supremacia do dólar;

- Uma reforma institucional que reforce a eficácia das instituições, bem como os mecanismos de controlo democrático e a participação dos cidadãos;

- Uma aplicação rigorosa da transparência e da visibilidade em todas as acções relativas à UEM, que contribua para o melhor funcionamento do mercado, e permita às diferentes administrações nacionais e aos cidadãos ter um conhecimento detalhado e completo das mesmas;

As propostas sobre a União Monetária visam garantir a independência do BCE, mas reforçando a sua responsabilidade democrática - atendendo a que os poderes do BCE lhe foram delegados por entidades políticas eleitas e, por isso, responsáveis perante os cidadãos.

As propostas sobre a União Económica visam, essencialmente, garantir uma efectiva coordenação e coerência das políticas

económicas entre a UE e os Estados-membros, através de uma combinação de políticas (*policy mix*) vinculativas. Para o efeito, verificando-se a insuficiência e a inadequação do Pacto de Estabilidade, será necessário substituir o instrumento da *recomendação* pela *decisão* no que concerne à definição anual das OGPE (orientações gerais de política económica) e à supervisão multilateral da sua aplicação. Neste particular da União Económica, pretendo salientar a necessidade de *clarificar o conteúdo do artigo 104°C relativamente ao papel reprodutivo das despesas de investimento público, que não pode ser idêntico às despesas de consumo, na avaliação dos défices públicos dos Estados-membros.*

No que concerne às instituições, o Parlamento Europeu preconiza:

- O reforço do papel de controlo e de co-decisão do PE em todos os domínios da UEM;

- O reforço do papel de iniciativa e impulso político da Comissão - cuja responsabilidade política deve ser também, por isso mesmo, melhorada;

- A melhor coordenação dos trabalhos do Conselho de modo a consagrar a prioridade da política de regulação macro-económica sobre a tendência de centralização de poder no ECOFIN;

- O acompanhamento da coordenação económica informal exercida pelo Conselho Euro 11 de mecanismos de legitimação democrática;

- A participação dos Parlamentos Nacionais no acompanhamento da UEM para colmatar o défice democrático.

No que respeita à *representação externa da UEM*, o Parlamento Europeu preconiza que a UEM se exprima a uma só voz - com intervenção do Conselho, Comissão e BCE segundo as suas competências respectivas - nas instâncias financeiras internacionais, como o FMI e o G8. O objectivo deverá ser a utilização do poder conferido pelo euro (unidade monetária susceptível de por em causa a supremacia do dólar) para exercer uma regulação económica da globalização susceptível de fazer frente à hegemonia dos EUA.

Por último, pretendo referir as propostas de novas políticas europeias que, segundo o Parlamento Europeu, a passagem à UEM torna indispensáveis:

- A garantia de que o emprego seja a primeira prioridade económica da UE;

- A harmonização fiscal;

- Uma política social que promova e garanta o modelo social europeu;

- Um orçamento de "inspiração federal" que promova a coesão económica e social e permita fazer frente às crises ou "choques assimétricos" em um ou vários Estados-membros.

Não pretendemos por em causa a UEM. Ao contrário, desejamos que ela seja completada no plano político, económico e social por um avanço democrático qualitativamente idêntico.

*Deputado europeu



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Concerto na Amadora

A partir de hoje poderá apreciar as pinturas de Fernando D' F. Pereira, na Galeria Municipal.

Amanhã assista, no Auditório Municipal, à fita «Uma Nova Esperança», com Sandra Bullock no papel principal.

O fim-de-semana começará com a boa disposição de Cameron Diaz, num filme que foi considerado um sucesso de bilheteira nos Estados Unidos e que se intitula «Dois por Mary».

Se for apreciador de música de câmara, não perca o concerto que, na próxima quarta-feira, dia 24, pelas 21 e 30, a Orquestra do Norte dará nos Recreios da Amadora.

Recital em Albufeira

«Sei per Cinque» é o título genérico de um recital de guitarra que inclui composições de Tiago Cutileiro e Francisco Seco, bem como imagens de vídeo, e que poderá ser apreciado amanhã, no Auditório Municipal.

Marionetas em Coimbra

A rubrica «Conferências e Debates» promovida pela Casa Municipal da Cultura aborda hoje, pelas 18 horas, o tema «A Esfinge do Mistério – reflexões sobre a estética de Abel Salazar», com Pedro Pita como conferencista.

Para os apreciadores de música começa, também hoje, às 22 horas, na casa Municipal da Cultura, um ciclo musical, com encerramento previsto para 25 de Março. Assim, todas as quintas-feiras haverá «Vozes na Música» e, desta feita, serão interpretadas romanças populares russas pelo barítono Alexandre Jerebtzov e pela harpa de Maria Filipova.

O sábado será o dia ideal para um passeio pela praça velha onde estará instalada a Feira das Velharias.

Para os mais novos a diversão chegará à Casa da Cultura na terça-feira, dia 24, pelas 21 e 30, pela mão da Companhia Marionetas de Lisboa que apresentará o espectáculo «A Dama de Pé de Cabra».

Teatro de revista em Fafe

Hoje, deixe os seus filhos descobrirem o que há dentro de «A Caixa de Surpresas». Trata-se de um filme de animação para crianças de seis ou mais anos de idade, com duração aproximada de em 70 minutos, e que será exibido, na Biblioteca Municipal Calouste Gulbenkian, às 10 e 30 e às 15 horas.

A história de «David e Golias» será contada na terça-feira, dia 23, no mesmo local e horário, no âmbito da iniciativa cultural «Era Uma Vez...», integrada no programa de animação infantil da Biblioteca.

Para amanhã, às 21 e 30, a autarquia local organizou a posta em cena de da revista à portuguesa «O Zé Quer é... Euro-Ecu», de Lopes de Almeida e João Jales. A entrada

é livre.

Para os cinéfilos apreciadores do trabalho de Lars Von Trier, O Cineclub e exibirá, quarta-feira, «Os Idiotas».

Festival em Famalicão

A adaptação de obras literárias à sétima arte é o tema central do primeiro Famafest – Festival Internacional de Cinema e Vídeo de Famalicão.

O certame, que decorre até ao dia 21 de Março e é organizado conjuntamente pela autarquia e pelo cineasta Lauro António, prevê a atribuição de um grande prémio no valor de mil contos.

O Famafest tem como pólos centrais o auditório da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco e a Fundação Cupertino de Miranda.

Dança em Guimarães

O programa do Festival de Inverno leva todas as sextas e sábados à cidade música, dança e teatro à cidade.

Assim, amanhã não perca o espectáculo «Quadrifonia do tempo» sob a direcção artística de Laurent Filipe, no Auditório da Universidade do Minho.

No sábado, dia 20, no mesmo local, será a vez de assistir a «Grosso Modo», um show de ballet-teatro a cargo da companhia espanhola Babel Danza.

Para os apaixonados pelas comédias românticas de Hollywood, chegará amanhã e ficará até ao dia 25, no Cinema São Mamede, o filme de Nora Ephron, «Vocé Tem Uma Mensagem». Trata-se de uma fita que reúne o par-sucesso de «Sintonia de Amor», Meg Ryan e Tom Hanks num turbulento ciber-relacionamento.

Cinema em Lisboa

O polémico realizador Woody Allen voltará a dar que falar no meio cinematográfico português com a estreia, marcada para amanhã, nas salas de cinema nacionais, da sua mais recente obra «Celebrity».

À partida, esta prometida sátira ao

fenómeno da vedetização das pessoas e dos seus nomes chama a atenção elo luso elenco: Hank Azaria, Melanie Griffith, Kenneth Branagh, Winona Ryder, Judy Davis, Charlize Theron e Leonardo DiCaprio. No sábado, o Grupo Experimental de Intervenção Cultural da Amadora comemora o seu 6º aniversário pelo que promoverá, na Delegação Regional de Lisboa do IPJ, pelas 18 e 30 desse mesmo dia, uma apresentação em vídeo das suas actividades, seguida de um espectáculo musical (música étnica e contemporânea), acompanhado de expressão cénica, numa base experimentalista.

O Festival Mundial de Música – Festnia reservou, para hoje, amanhã e ainda para o fim-de-semana, uma mão-cheia de espectáculos com assinaturas reconhecidas internacionalmente.

Assim, não perca, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, sempre à 21 e 30, as actuações de Herminia, Lura e Tito Paris, de Cabo Verde (hoje e amanhã); Rájasthan, da Índia (sábado, dia 20) e Papa Wemba, do Zaire (domingo, dia 21).

Desporto em Valença

Hoje é feriado municipal e por isso a autarquia local organizou, entre outras actividades, o início da II Corrida de Atletismo São Teotónio, na Coroada, pelas 9 e 45.

O Cine-Ibéria exhibe, a partir de amanhã e até ao dia 25, «Estado de Sítio», uma realização de Edward Zwick, com Denzel Washington, Annette Bening e Bruce Willis.

Teatro em Vila Real de Santo António

O Centro Cultural foi o local escolhido para recriar uma «Noite Andaluza», a partir das 21 horas de amanhã.

O Centro de Documentação e Informação será palco, terça e quarta-feira, para o espectáculo teatral de marionetas de Mestre Filipe.

A peça será exibida em duas sessões diárias, uma às 10 horas e a outra pelas 15 horas.

SUGESTÃO

FANTAS'99

O XIX Fantasporto – Festival Internacional de Cinema do Porto a decorrer a partir do sábado, dia 20 e até 9 de Março, vai apresentar um programa especial sobre os «Sete cineastas para o fim do milénio».

Trata-se de uma escolha não ausente de polémica de sete realizadores que marcaram as décadas de 80 e 90: David Lynch, Tim Burton, Quentin Tarantino, Abel Ferrara, Joel Cohen e Martin Scorsese. «Twin Peaks» e «Veludo Azul» são os filmes de David Lynch seleccionados para este ciclo, que irá integrar ainda obras como «Cape Fear» e «Casino», de Martin Scorsese, «Jackie Brown», de Quentin Tarantino, e «Marte Ataca», de Tim Burton. Outro programa especial previsto para o Fantas'99 é «Semana da Estreia», constituída por dez escolhas de críticos da revista de cinema «Estreia».

«Manobras na Casa Branca», de Barry Levinson, «Fargo» e «The Big Lebowski», de Joel Cohen, «Dark City», de Alex Proyas, «O Agente Misterioso», de Jay Roach, e «LA Confidencial», de Curtis Hanson, são alguns dos filmes seleccionados.

Mas o Fantasporto não se fica por aí, prevenindo-se uma homenagem à série televisiva «Espaço 1999» e a comemoração do nascimento de Alfred Hitchcock. O Festival Internacional de Cinema Fantástico vai decorrer em oito salas de cinema do Grande Porto, num total de 400 sessões.



POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Exílio

O búfalo com chifres de prata
poisa no nenúfar
no nenúfar do exílio
búfalo ou borboleta

Jorge Lauten
Timor

Ópera

Venus & Adonis

Música: John Blow (1649 – 1708)
Direcção: Jill Feldman e Richard Gwilt

19 de Fevereiro 21h45
Teatro Académico de Gil Vicente
Coimbra



O OUTRO CONGRESSO !

Saudei nesta coluna, recentemente, o regresso à prática dos Congressos por parte do Partido Socialista.

Mantenho o que de essencial afirmei nessa altura.

Reconheço, contudo, como então escrevi que este foi um Congresso **atípico** ou, no dizer de um dos seus principais protagonistas, **irrepetível**.

Não era com efeito previsível que, em plena governação socialista, geradora aliás de um elevado grau de satisfação (não apenas na base partidária) e somente a três meses das eleições europeias e a nove meses das eleições legislativas, o Congresso fosse substancialmente diferente.

Por isso é que afirmei que a reunião magna dos socialistas tinha de ser o primeiro passo para a conquista, nas próximas eleições, da necessária maioria absoluta, indispensável não apenas para prosseguir os desafios europeus, mas sobretudo essencial para marcar a definitiva presença dos socialistas no poder.

Ora, independentemente da fórmula usada ("maioria absoluta *tout court*" ; "maioria absolutamente inequívoca" ou "mais quatro deputados") o que o Congresso

ratificou foi a convalidação clara, da necessidade de uma maioria absoluta.

E ratificou bem !... pois uma coisa é a percepção de que novos desafios exigem diferentes maiorias e outra é a chantagem primária de só exercer o poder público com todas as garantias e sem quaisquer riscos. O governo PS, o seu comportamento e as suas atitudes e, nomeadamente a cultura política do Primeiro Ministro são, a esta luz, plenamente tranquilizadores.

O Partido definiu, como lhe competia, o quadro eleitoral desejável para a concretização dos múltiplos e ousados desafios a que se propõe (e que foram notavelmente enquadrados no discurso final do Secretário Geral.)

Não exerceu qualquer chantagem sobre o eleitorado e muito menos rejeitou quaisquer outros cenários que resultem da vontade colectiva.

Esta é a cultura democrática e a interpretação do exercício do poder que o PS valoriza e verdadeiramente sustenta.

Na sequência da reunião dos socialistas, vai agora realizar-se o Congresso do PSD (aliás mais um Congresso do PSD e nomeadamente do seu transitório líder).

Não se percebe bem o que está em cau-

sa, mas dois propósitos são evidentes: dar um balão de oxigénio à actual liderança na esperança que a mesma se mantenha até Outubro (data do ajuste de contas final) e consagrar, uma vez mais, a fórmula eleitoral da AD que mais não é, que a completa subordinação do PSD ao Partido Popular de Paulo Portas.

A medida do sucesso destes dois propósitos, claramente instrumentais, é a do costume: uma votação maciça (2 terços) nas propostas do Prof. Marcelo.

O que sucederá se esta farsquia não for atingida, mesmo com a ajuda do voto electrónico? Instabilidade e imprevisibilidade seguramente.

Temos pois 2 Congressos e 2 estados de alma completamente diferentes:
- O Congresso do PS foi um acontecimento marcante na vida do Partido, onde imperou a clareza de ideias, a justeza dos objectivos e a confiança nos portugueses;
- O Congresso do PSD (o outro Congresso) será um ajuste de contas adiado, um confrangedor espectáculo de ataque ao governo e um cortejo de hipocrisias dos que, aparentemente apoiando-o, conspiram na sombra para derrubar o infeliz líder do PSD.

«A RTP tem de saber casar o serviço público com o aumento de audiência.»

Arons de Carvalho
Grande Plano, edição de Janeiro

«A RTP tem de ser um serviço público reconhecido, com uma RTP 1 a realizar uma programação equilibrada, que preencha as necessidades de informação, formação e entretenimento da generalidade dos portugueses.»

Idem, ibidem

«Nunca haverá despedimentos colectivos com este Governo.»

Idem, ibidem

«O Estado jamais se demitirá das suas obrigações sociais.»

Ferro Rodrigues
24 Horas, 11 de Fevereiro

«Quando me cochicham – Não há amores felizes nos seus romances, surpreendo-me sempre: o facto de os publicar, por si só, atesta que a história de amor acabou bem.»

António Lobo Antunes
Pública, 14 de Fevereiro

«Tenho muita sorte, porque muitos dos meus amigos são escritores e então recebo e-mails espantosos. Passo muito tempo na net.»

Meg Ryan
Pública, 14 de Fevereiro



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz